

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIO LUIZ JUNGES JUNIOR

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO:  
A REALIDADE DE PROFESSORES EM UMA REDE  
DE EDUCAÇÃO NUM MUNICÍPIO AO NORTE DO  
RIO GRANDE DO SUL**

Passo Fundo

2020

Mario Luiz Junges Junior

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO: A  
REALIDADE DE PROFESSORES EM UMA REDE DE  
EDUCAÇÃO NUM MUNICÍPIO AO NORTE DO RIO  
GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Telmo Marcon.

Passo Fundo

2020

*Dedico esta dissertação à minha mãe, por me oportunizar a quebra de um ciclo. À minha avó, por acreditar que daria certo.*

À Flávia, pelo afeto, ajudas, distrações e incentivo, mas principalmente por distinguir o momento em que cada um foi necessário. Ao Professor Telmo, pelo olhar atento e cuidadoso, tornando leve a construção desta pesquisa. À Prefeitura de Passo Fundo, pela aprovação de minha licença estudo. Aos meus quatro cachorros que se mostraram atenciosos e afetuosos mesmo quando demonstrei irritação. Sim, fizeram parte da escrita. À CAPES. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## RESUMO

A presente dissertação trata de um tema que vem ganhando cada vez mais relevância no âmbito acadêmico e social. Estudos que relatam as condições de trabalho e suas relações com o adoecimento de trabalhadores crescem no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, com a expansão das avaliações sobre saúde mental. Nas décadas anteriores, o foco das investigações sobre saúde dos trabalhadores estava direcionado para acidentes de trabalho e doenças ocupacionais do corpo, enfocando a atividade do trabalhador como a responsável pelo adoecimento. Considerando as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, mostramos de que forma a reestruturação do capitalismo em sua fase neoliberal contribui para o adoecimento de professores. Como objetivos específicos pretendeu-se identificar as particularidades do mundo do trabalho na sociedade neoliberal, compreender o trabalho enquanto gerador de adoecimento e analisar a realidade do adoecimento do professor em uma rede de um município do norte do Rio Grande do Sul. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, tendo como universo de pesquisa a rede municipal de educação. A base bibliográfica contou com a contribuição de autores como Marx, Antunes, Byung-Han e Sennett. Os dados documentais foram analisados com o apoio de Bardin, por meio de uma análise de conteúdo, que possibilita a descrição do conteúdo das comunicações e analisa o que pode ser anunciado após o tratamento destes conteúdos. Neste contexto investigado, fica evidente a influência do modo de produção capitalista neoliberal no acercamento das interfaces entre trabalho e adoecimento. Por este prisma, o entendimento do adoecimento de professores pode ser deslocado de uma lógica estritamente focada na atividade em sala de aula, como fator gerador isolado do adoecimento, para se pensar nesse fenômeno como decorrente da organização social. Com base nos dados disponibilizados em diálogo com a produção bibliográfica é possível concluir que a racionalidade neoliberal, norteadora das relações de produção, adentra cada vez mais na escola que vem sendo utilizada para a propagação do ideário do sujeito neoliberal competitivo e vencedor, e vivencia a precarização das condições de trabalho, tornando a atividade docente mais intensa, flexibilizando e individualizando as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso escolar e, conseqüentemente, jogando inúmeras atribuições aos docentes, fatores que agravam o adoecimento do professor.

**Palavras-chave:** Adoecimento docente. Precarização do trabalho. Neoliberalismo.

## ABSTRACT

The research that resulted in this dissertation deals with a theme that has been gaining more and more relevance in the academic and social sphere. Studies that report working conditions and their relationships with workers' illness grow in Brazil, especially since the 1980s with the expansion of mental health assessments. In previous decades, the focus of investigations on workers' health was directed to occupational accidents and diseases of the body, focusing on the activity of the worker as responsible for the illness. Considering the changes that have occurred in the world of work in recent decades, we aim with this research to evaluate how the restructuring of capitalism in its neoliberal phase contributes to the illness of teachers. Specific objectives are to identify the particularities of the world of work in neoliberal society; understand the work as a generator of illness and analyze the reality of the teacher's illness in a network of a municipality north of Rio Grande do Sul. For this, a bibliographic and documentary research was carried out, with a qualitative approach, having as research universe the municipal education network. The bibliographic base had the contribution of authors such as Marx, Antunes, Byung-Han and Sennett. The documentary data were analyzed with Bardin's support, through a content analysis, which allows the description of the content of the communications and analyzes what can be announced after the treatment of these contents. In this investigated context, the influence of the neoliberal capitalist mode of production on the interfaces between work and illness is evident. From this perspective, the understanding of teacher illness can be shifted from a logic strictly focused on classroom activity, as an isolated generating factor of illness, to think of this phenomenon as a result of social organization. Based on the data made available in dialogue with the bibliographic production, it is possible to conclude that the neoliberal rationality guiding the production relations increasingly enters the school that has been used for the propagation of the ideas of the competitive and winning neoliberal subject, as well as experiencing the precariousness of working conditions, making the teaching activity more intense, making flexibilization and individualizing the responsibilities for school success or failure and, consequently, playing numerous attributions to teachers, factors that aggravate the teacher's illness.

Keywords: Teacher illness. Precariousness of work. Neoliberalism.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Indicadores da realidade das escolas Ensino Fundamental	59
<b>Tabela 2:</b> Intensidade do trabalho docente Ensino Fundamental	61
<b>Tabela 3:</b> Indicador de adequação da formação docente Ensino Fundamental	63
<b>Tabela 4:</b> Realidade e intensidade do trabalho na Educação Infantil	66

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 A METAMORFOSE DO MUNDO DO TRABALHO:</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOVAS REALIDADES DO TRABALHO</b>	<b>14</b>
14.1 O trabalho enquanto espaço de constituição do humano	14
14.2 O trabalho e o distanciamento da função humanizadora	19
14.3 Consequências da expansão do Trabalho morto	22
14.4 Desemprego estrutural e precarização do trabalho: conceito de precarização	22
<b>3 O TRABALHO ENQUANTO GERADOR DE ADOECIMENTO</b>	<b>24</b>
24.1 Precarização, individualização e adoecimento no trabalho	28
24.2 A nova organização do trabalho: neoliberalismo e adoecimento	35
24.3 Políticas educacionais, sociedade e adoecimento docente	35
<b>4 A REALIDADE DO ADOECIMENTO DO PROFESSOR: CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE</b>	<b>41</b>
41.1 A profissão professor: uma área em construção	45
41.2 A realidade escolar e o adoecimento docente: o que dizem os números?	49
41.3 Discussão e análise dos dados	49
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Transitar por um caminho que nos remete às questões relacionadas ao mundo do trabalho e à saúde/adoecimento dos trabalhadores requer a utilização de fundamentos e garantias que possam, já nos primeiros passos, contribuir para uma caminhada segura e capaz de nos aproximar das diversas realidades que constroem o percurso. Partindo desse pressuposto, falar sobre trabalho e adoecimento nos obriga a qualificar essa fala, a objetivar de que lugar se está olhando a relação desses termos, sob qual perspectiva se busca entendê-los.

Seguindo essa linha de pensamento, é condição *sine qua non* para o entendimento do problema adoecimento uma vinculação com o mundo do trabalho. Por isso, é preciso nos avizinhar a Marx e Engels e às suas observações e descrições sobre o trabalho e sua compreensão da indissociabilidade do mundo do trabalho com os esquemas sociais, como apontado na *A ideologia alemã* (2007) e na obra *Feuerbach: Oposição das concepções Materialista e Idealista* (2006). Já no século XIX Marx e Engels apresentam algumas premissas necessárias para o entendimento das relações entre homem e natureza e a vinculação entre os indivíduos, estruturas sociais e políticas e as condições materiais de produção.

Para Marx e Engels (2006, p. 10), dada a importância do trabalho na construção humana, não se pode analisar a história da humanidade sem considerar a história da indústria e da troca. Considerando a existência de necessidades inerentes à vida, “o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material”. Ainda, explicam Marx e Engels, essa produção da própria vida por intermédio do trabalho, ou da vida do outro, através da reprodução, reflete uma relação social de cooperação na construção daquilo que supre e cria novas necessidades, transformando a natureza e, como consequência, a própria humanidade.

Se buscarmos referências em Marx (2013) e Antunes (2005) é possível identificar o desenvolvimento de uma teoria que coloca o trabalho como atividade fundamental e que caracteriza a existência humana e sua relação com a natureza na busca pela satisfação de suas necessidades. O trabalho, para esses autores, é o que nos torna humanos, é o processo que nos diferencia dos demais animais. Contudo, o mesmo Marx que descreve o trabalho como humanizador é, também, um dos primeiros a denunciar o trabalho alienante dentro de sua relação social, no processo de produção capitalista.

Embora marcadas pela lógica capitalista, é importante apontar a centralidade das relações de trabalho na vida humana. Atualmente o trabalho assumiu proporção central na vida do sujeito, papel antes preenchido pelas relações afetivas entre os familiares ou até mesmo questões relacionadas à política, em situações como as de envolvimento nas lutas sociais e busca de direitos. Hoje o trabalho é tido como formador de identidades e personalidades. Tamanha é a sua relevância que todas as atividades diárias se encontram vinculadas a ele, seja o sono, ou períodos que estariam reservados ao lazer. O trabalho perpassa o cotidiano humano estando o sujeito empregado ou não.

Além da constante presença do trabalho nas vidas humanas, no modelo de produção capitalista é perceptível constantes transformações nas relações sociais que envolvem essa ação. Identifica-se, hoje, que as aproximações no mundo do trabalho não ocorrem por afeto, mas por uma incessante busca de avanços individuais. Há uma lógica de concorrência apoiada pelo constante medo do desemprego, resultante do modo de operação do capital, que constrói a instabilidade e situações que possam ampliar a mais valia a partir da redução do número de trabalhadores empregados formalmente e do desenvolvimento de um sentimento de que a força de trabalho é algo supérfluo, descartável, sentimento muitas vezes ampliado pela inserção crescente do trabalho morto<sup>1</sup> (ANTUNES, 2005). Neste ponto, alguns passos são dados na medida em que se entende que há uma perda do sentido humanizador, como já observado por Marx.

Neste espaço de discussão, a clareza sobre a existência de um modelo de produção capitalista é um marco no acercamento entre trabalho e adoecimento, dando margem para uma pergunta inicial: como pensar na saúde do trabalhador que se encontra envolto num contexto de trabalho que adoee? É nessa sociedade que desconstrói sentidos e se organiza para a exploração do trabalhador que se encontram os professores, público dessa investigação.

Estudos vêm sendo realizados com vistas a levantar dados sobre a precarização do trabalho e os fatores que resultam em adoecimento dos trabalhadores de uma forma geral. No que se refere às questões de saúde e adoecimento de professores, uma breve busca em sites especializados nos remete a uma gama de pesquisas que possuem como ponto de convergência a utilização de um vocábulo que tem expressado o adoecimento de professores: “mal-estar docente”<sup>2</sup>, o que nos leva a crer na importância do tema proposto. Por este prisma,

---

<sup>1</sup> Para Antunes (2005), o trabalho morto pode ser caracterizado como a inserção do maquinário científico nos espaços de produção, diminuindo o número do trabalho vivo, ampliando as capacidades de sobretrabalho.

<sup>2</sup> Esteve (1999) faz uso da expressão mal-estar docente para caracterizar uma condição ou um conjunto de reações de um grupo profissional frente às mudanças sociais relacionadas à educação.

o entendimento do adoecimento de professores pode ser deslocado de uma lógica que coloca o ambiente de trabalho como fator do adoecimento. Há, sim, aspectos laborais que levam ao adoecimento, como demandas de estrutura e falta de materiais básicos, por exemplo, mas é interessante que se possa pensar essa precarização enquanto resultado e não causa de um modelo de sociedade.

Não raro vemos expressões do âmbito empresarial sendo utilizadas para designar atividades dentro da escola. Hoje temos gestores de escolas, não mais diretores. O *management*, como descrito por Dardot e Laval (2016), para além de um discurso voltado para a redução de custos e direcionamentos para a eficácia, possui em sua base o descompromisso com direitos sociais, ponto que vem sendo validado em todos os espaços organizacionais e institucionais, com foco no setor público.

O modelo empresarial tem ampliado sua atuação na construção de escolas que apresentam resultados rentáveis através de um corpo docente enxuto e eficiente. Onde, no ideal, eram encontrados professores específicos para cada área, a realidade nos mostra a busca por profissionais polivalentes. Em tempos de gestão escolar e da chamada qualidade total, como descreve Antunes (2009), é importante que se possa pensar como esse imperativo se coloca nos espaços escolares e, conseqüentemente, na vida do professor.

Antunes (2005) destaca que o termo qualidade total vem intimamente ligado a um reduzido tempo de duração dos produtos.

Quanto mais qualidade total os produtos alegam ter, menor é o seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do ciclo reprodutivo do capital, faz com que a 'qualidade total' seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado. A "qualidade total", por isso, deve se adequar ao sistema de metabolismo sócio-reprodutivo do capital, afetando desse modo tanto a produção de bens e serviços como as instalações, maquinários e a própria força humana de trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 42-43. Grifos do autor).

Trazendo essa realidade mais ampla do mundo do trabalho para a vida do professor, é possível a identificação de aspectos que podem ser geradores de adoecimento. Em Dejours (2011) encontramos a ideia de reconhecimento enquanto fonte primária de retribuição buscada na ação do trabalhador, elemento que retira da dimensão material e nutre a dimensão simbólica, enquanto mobilizadora e que, na realidade apresentada por Antunes (2009) de

---

Tal reação é desencadeada pelas dificuldades vivenciadas por professores, evidenciadas na falta de apoio social à educação e aos seus operadores, levando à problemas de identidade e movimentos de depreciação profissional.

qualidade total, é dado pela utilidade e qualidade do trabalho, demanda que tem ultrapassado os muros das fábricas e atingido o espaço escolar, situação que será melhor trabalhada no desenvolvimento dos capítulos.

Nas últimas décadas tem-se acompanhado diversas discussões acerca do papel do professor. Até há pouco tempo, o professor dos primeiros anos era reconhecido pela comunidade como aquele que ‘educava’ as crianças. Hoje, pela evolução e acesso, os objetivos alcançados pela educação básica já não dão conta do que é socialmente esperado. A educação básica é apenas uma etapa do que antes era o ápice, distanciando o professor dos anos iniciais da educação básica, do resultado final do seu trabalho. Como revela Antunes (2009), nos moldes do modelo produtivo capitalista, o resultado do trabalho é estranho ao trabalhador, o que nos remete ao estranhamento do professor quando questionado sobre sua atuação em prol de um modelo segregador de sociedade e de estudantes que são direcionados conforme os interesses do capital. O modelo de discurso citado é fruto dos encontros que tenho, enquanto profissional psicólogo, com professores da rede pública de ensino, dado que revela minha aproximação com a temática.

Minha atuação como psicólogo no setor responsável pelo cuidado à saúde e segurança de servidores públicos tem me levado a questionamentos quanto aos aspectos que envolvem o adoecimento dos trabalhadores, independente de seus cargos, atividades e salários. Contudo, dentro da gama de profissionais que transitam pelos espaços de trabalho do serviço público, o professor tem se destacado quando os olhares se voltam para o quantitativo de afastamentos motivados por atestados médicos.

Para traduzirmos essa preocupação em números: entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2017, a rede municipal estudada teve um total de 1.048 afastamentos solicitados por 405 profissionais, de um total de 1.031 professores ativos. Destes 1.048, 750 licenças foram por motivo de adoecimento do próprio servidor. Doenças do aparelho respiratório, osteomusculares e do tecido conjuntivo e transtornos mentais e comportamentais, são as principais causas dos afastamentos apresentados no relatório do setor responsável pelo recebimento dos atestados médicos, conforme Classificação Internacional de Doenças e problemas relacionados à saúde - CID 10.

Não diferente do encontrado em outros locais que investigam o adoecimento do trabalhador, o campo de atuação do professor tem nos apresentado um alarmante número de afecções à saúde mental. Basta entrar em uma escola e perguntar para um professor sobre sua saúde para verificar o número de queixas a respeito. São situações que envolvem um adoecimento marcado por dores musculares, estresses, ansiedades, depressão, além de

questões que colocam as relações e condições de trabalho como alvo de críticas. Além disso, o constante contato que tenho com professores da rede pública de ensino tem possibilitado espaços de fala e escuta que contribuem para uma aproximação com manifestações que envolvem o adoecimento docente, fato que nos leva ao problema de pesquisa. Considerando as dificuldades de explicar o adoecimento de professores como unicausal, de que forma a reestruturação do capitalismo em sua fase neoliberal, juntamente com a atividade laboral, contribuem para o adoecimento de professores?

Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral avaliar de que forma a reestruturação do capitalismo em sua fase neoliberal contribui para o adoecimento de professores. Como objetivos específicos, pretende-se identificar as particularidades do mundo do trabalho na sociedade neoliberal; compreender o trabalho enquanto gerador de adoecimento; e analisar a realidade do adoecimento do professor em uma rede municipal do norte do Rio Grande do Sul.

Para atingir o objetivo de avaliar de que forma a reestruturação do capitalismo em sua fase neoliberal contribui para o adoecimento de professores, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. A abordagem se deu pelo entendimento da existência de uma relação dinâmica entre sujeito e o mundo que o cerca (SILVA, 2005) e por representar um trabalho com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2001, p. 21). A escolha pelo uso de uma pesquisa bibliográfica ocorreu pelo “fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50) e utilizou-se de autores como Antunes (2005; 2009), Dejours (2011), Marx (2013) e Han (2015; 2017), que apresentam material já elaborado sobre a temática precarização do trabalho e adoecimento.

A pesquisa documental foi motivada pela existência de documentos que contribuem para o entendimento do fenômeno estudado. Gil (2008, p. 51) especifica que esta é utilizada em pesquisas que contam com “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A pesquisa documental resultou de relatórios e leis disponíveis no setor responsável pela saúde e segurança de servidores de uma rede municipal de educação do norte do Rio Grande do Sul e que apresentam registros estatísticos e escritos relacionados aos adoecimentos de todos os servidores públicos municipais, além de dados encontrados no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, referentes à rede pesquisada. Os relatórios apresentam de forma geral e individual os dados sobre a vida funcional dos servidores públicos. Entre

esses documentos foi possível o contato com aqueles relacionados às questões de adoecimentos, local de trabalho e realidade funcional das escolas e professores municipais. A análise dos dados obtidos apoiou-se no método de análise de conteúdo que, explica Bardin (2011, p. 38), é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” e, a partir disso, analisa o que pode ser ensinado após o tratamento desses conteúdos.

Assim, inicialmente buscou-se estudar as particularidades que envolvem a metamorfose do mundo do trabalho, ponto que vem sendo desenvolvido por Antunes (2005; 2009) e as suas afinidades com o neoliberalismo, trabalhado por Dardot e Laval (2016), que nos revelam mudanças estruturais e uma nova morfologia do trabalho, passando pelo conceito de classe trabalhadora, desemprego estrutural e o crescimento do denominado trabalho morto.

Tendo como base o mundo do trabalho e os direcionamentos dados pelo modelo de produção capitalista, no segundo capítulo aprofundamos a realidade do adoecimento no e pelo trabalho, envolto por uma racionalidade mercadológica e numa sociedade do desempenho (HAN, 2017) (DARDOT; LAVAL, 2016) que exige polivalência e competitividade, e lhe causa esgotamento. Por fim, no terceiro capítulo, os olhares são direcionados para o professor enquanto trabalhador que adocece e busca-se aprofundar a concepção do adoecimento do professor enquanto profissional e sujeito social.

## **2 A METAMORFOSE DO MUNDO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOVAS REALIDADES DO TRABALHO**

O desenvolvimento do neoliberalismo e as novas formas de organização do trabalho trouxeram modificações substanciais para a relação homem/natureza. Embora o confronto entre homem e organização do trabalho, como se refere Dejours (2011), não seja algo recente, a partir da década de 1970 tem se apresentado novas formas de garantir o crescimento exponencial da acumulação do capital em detrimento das condições humanas.

A partir desta base, no decorrer deste primeiro capítulo se encontram questões referentes ao trabalho enquanto espaço de constituição do humano, passando pela mediação com a natureza e a sua capacidade de diferenciar o homem dos demais animais. Além disso, com o advento de novas estruturas empresariais, o intuito dessa discussão é trazer à tona a nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2005), com sua intensidade, modelos de organização e crise da sociedade do trabalho.

Como forma de ingresso no caminho que pretende transitar pelas condições do trabalho e a sua relação com o adoecimento dos trabalhadores, tornou-se fundamental a compreensão de conceitos, como nova estrutura de classe trabalhadora, empresa moderna, trabalho morto e, por fim, desemprego estrutural e precarização do trabalho.

### **2.1 O trabalho enquanto espaço de constituição do humano**

Embora haja uma apropriação do trabalho pelo capital, enquanto principal agente da produção, e que seja percebido como um fardo que o ser humano precisa carregar, a relação homem/trabalho pode ser analisada enquanto espaço de constituição. Marx (2013, p. 326) descreve o trabalho como “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Em meio a essa relação, explica Marx, o homem faz uso de seu corpo com o objetivo de agir sobre a natureza resultando em mútuas modificações.

Na mesma linha de pensamento, Antunes (2005), descreve que é por meio do trabalho que o ser humano se diferencia dos demais animais. É a partir dele que se funda o ser social. É no trabalho que a relação com a natureza se constrói e se desenvolve. O trabalho surge como um mediador na relação homem/natureza na busca por suprir as suas necessidades. O trabalho, enquanto fundamento para a socialização humana, retira a humanidade de sua relação unidirecional com a natureza, onde as necessidades a serem supridas estavam tão somente na

esfera biológica e a desloca para uma condição de escolha, de inter-relação, ampliando sua existência para além da causalidade (LUKÁCS, 2013).

Com o trabalho, argumenta Lukács (2013), há um salto ontológico que coloca de forma qualitativa a humanidade em outro nível de ser. Neste sentido, de uma transformação qualitativa do ser, o trabalho retira o homem de uma condição especificamente biológica e lhe possibilita uma transição para o ser social.

Enfrentar os problemas ontológicos de modo sóbrio e correto significa ter sempre presente que todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade (LUKÁCS, 2013, p. 45).

A ideia de salto ontológico, descrita por Lukács (2013), demonstra um corte em relação ao desenvolvimento normal. Ocorre uma quebra na continuidade desse desenvolvimento que, ainda ocorrendo de forma lenta, não perde a sua qualidade de salto e coloca a humanidade como participante ativa na relação com a natureza.

A centralidade do trabalho e sua condição fundante do ser social ganha destaque pela sua capacidade de colocar em relação homem e natureza e, por ela, transformar ambos. O homem, ao trabalhar, transforma a natureza e, por consequência, se transforma. Esse é o trabalho com sentido e o sentido do trabalho, fator que o diferencia daquilo que Marx descreveu como trabalho alienante. Neste último

Aquilo que era a finalidade básica do ser social - a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho - transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital (ANTUNES, 2005, p. 69).

Em determinados momentos da história, o trabalho pode até aparecer de forma positiva, como com a reforma protestante e a utilização da vocação e a possibilidade de aproximação a Deus (WEBER, 2004), acentuando-se suas características de desenvolvimento e satisfação humana. Já em outros tempos, seu lado degradante é apontado com maior ênfase. Sobre esse ponto, não raro é encontrada a relação do trabalho com instrumento de tortura, quando analisada sua origem etimológica que possui como referência no latim *tripalium*, instrumento utilizado contra escravos na Roma antiga. É em meio a essa relação entre homem e natureza que o trabalho ganha espaço nas discussões e ampliam-se entendimentos sobre seu caráter dicotômico. Antunes (2005, p. 12) revela essa dicotomia ao descrever o trabalho como

uma “expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, arte vital e escravidão, felicidade social e servidão”.

Neste contexto de satisfação/insatisfação, o trabalho se constitui como expressão humana, ganhando espaço central na vida dos sujeitos, para além do seu peso econômico de garantias objetivas. A centralidade do trabalho está na formação de subjetividades e identidades, de significação da natureza, de lugar social. Sobre o aspecto constituinte do trabalho, Lancman reforça:

O trabalho tem, ainda, uma função psíquica: é um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados. Processos como reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais do que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade (LANCMAN, 2011, p. 38).

Contudo, temos um novo semblante dessa relação, característica muito comum nos novos tempos que é o cenário de não-trabalho ou desemprego, ponto que agrava as relações de trabalho e coloca homens e mulheres em situação de degradação contínua em busca de alguma atividade que lhes garanta a subsistência, frente a um campo em constante precarização (ANTUNES, 2005). Se tomarmos o trabalho como estruturante e subjetivante, a falta dele acaba sendo vista como a situação oposta à primeira, dificultando as relações humanas, sejam elas sociais ou com a natureza.

Como pode ser visto, o trabalho tem caráter fundante na constituição dos sujeitos. Ainda assim, alerta Antunes (2005, p. 14), a vida humana não pode ser reduzida a situações de trabalho, correndo o risco de se tornar um fardo a ser carregado. “Se por um lado necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social”.

Antunes (2005), ao fazer referência a um modelo de trabalho que se afasta da condição de humanizador, apresenta a ideia de uma nova morfologia do trabalho, caracterizada por processos de terceirização, trabalhos temporários, informalidade ou subcontratos de emprego. Antunes chama a atenção para o fato de que nesse contexto, as relações de trabalho, embora atuais, se confundam com o que se tinha na época da Revolução Industrial, principalmente no que se refere a sua intensidade. Ampliam-se termos, como competências, gestão de conhecimento, qualificação, vocábulos que modernizam os espaços empresariais e, paralelamente, apresentam relações de trabalho cada vez mais degradadas.

Em meio a esses apontamentos sobre a centralidade do trabalho e suas nuances atuais, discussões são organizadas no sentido de que há um direcionamento para o fim do trabalho.

Contudo, o assombro do fim do trabalho ganha espaço em situações onde, segundo Antunes (2005), não é percebida sua complexidade e suas dimensões concreta e abstrata. Em contrapartida, Antunes deixa claro que o que vem ocorrendo são transformações nas estruturas do trabalho, representativas da chamada empresa enxuta, uma metamorfose no mundo do trabalho, não o seu fim. Este argumento, de que não se está caminhando para o fim do trabalho, mas para uma desestruturação que retira sua centralidade, se vale da necessidade do capital em manter o trabalho vivo na criação de mercadorias, ainda que essa manutenção esteja baseada no aumento da exploração do trabalhador ou, como prefere Antunes, do sobretrabalho.

Neste sentido, o que está em desenvolvimento é uma crise na sociedade do trabalho, crise essa que tem colocado os sujeitos em situação de instabilidade e de objeto prescindível em relação ao capital (ANTUNES, 2005). Levando em conta que o modelo de empresa enxuta se traduz em mudanças, Antunes adverte que essas têm impactado de forma negativa no mundo do trabalho, descrevendo as de maiores repercussões, que serão apontadas de forma breve.

Na percepção de Antunes (2005, p. 28), “há uma crescente redução do proletariado fabril estável [...]” fruto do modelo empresarial resultante das estruturas taylorista/fordista. A diminuição dessa força de trabalho tem sido vinculada à reengenharia do capital que possui como referência a matriz utilizada pelo toyotismo e sua flexibilização e diminuição dos espaços de produção. Ainda, “há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços [...]”. Mesmo que inicialmente as relações de trabalho precarizadas, como as temporárias, terceirizadas, meio turno fossem direcionadas para a mão-de-obra imigrante, hoje a força de desempregados tem assumido essas vagas, uma vez que suas especialidades e postos de trabalho vêm sendo extintos por conta do formato das novas relações de trabalho. Cresce, com isso, o Terceiro Setor e o formato vigente de trabalho em domicílio.

Com relação ao Terceiro Setor, é relevante salientar que esses espaços de trabalho acabam admitindo um grande grupo de trabalhadores desempregados devido aos direcionamentos da empresa enxuta. Além disso, Antunes (2005; 2009) explica que as atividades desenvolvidas pelo Terceiro Setor ocupam um espaço que vem sendo deixado pela descaracterização do Estado de bem-estar social, por meio de trabalhos assistenciais estabelecidos principalmente por Organizações não-governamentais, que assumem o que antes era desenvolvido pelo Estado.

No caso do “trabalho em domicílio”, sua utilização não pode abranger inúmeros setores produtivos, com a empresa automobilística, a siderurgia, a petroquímica et. Mas onde ela tem proliferado, seu vínculo com o sistema produtivo capitalista é muito mais evidente, sua *subordinação ao capital é direta*, sendo um mecanismo de reintrodução de formas *pretéritas* de trabalho, como o *trabalho por peça*, de que falou Marx, o qual o capitalismo da era da mundialização está recuperando em grande escala (ANTUNES, 2009, p. 114-115. Grifos do autor).

Deve-se considerar os avanços do trabalho em domicílio em consonância com a redução dos postos de trabalho, as possibilidades de flexibilização e terceirização, além das influências do denominado toyotismo e seus aspectos de redução de custos com estoques, capital de giro e descentralização dos centros de atividades reduzindo os custos com espaços.

Outro ponto que chama a atenção de Antunes diz respeito às limitações impostas pelo mercado de trabalho para o público jovem e idoso, principalmente ao segundo grupo, uma vez que agravam as dificuldades de retorno ao mercado de trabalho após os 40 anos. Além disso, há o uso de mão de obra infantil por meio da inclusão - criminoso, de crianças nos processos de trabalho cada dia mais precarizados.

Nesta mesma perspectiva de consequências no mundo do trabalho, Antunes (2005, p. 29) alerta para o número de postos preenchidos por mulheres. Ainda que o ingresso do quantitativo feminino possa ser interpretado unicamente como ponto positivo, os trabalhos *part-time*, precarizado e sem regulação tem absorvido grande parte desse efetivo. Ademais, quando se faz uma avaliação mais a fundo das relações de trabalho, é possível apurar que o equilíbrio entre homens e mulheres se limita apenas ao número de trabalhadores, sendo demarcado seus limites quando verificadas as condições salariais e de direitos. Em estudo realizado por Mattei e Baço (2016), as diferenças salariais entre homens e mulheres, dentro dos mesmos ramos de atividade, tendo como exemplo o estado de Santa Catarina, chegaram a 43% na indústria de fabricação de aparelhos eletrônicos e 31% na indústria alimentícia. Mas para além disso,

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e frequentemente fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (ANTUNES, 2005, p. 29).

A crise da sociedade do trabalho, apontada por Antunes (2005), possui, então, as marcas dos processos de transnacionalização da economia, re-territorialização e des-territorialização da força de trabalho, internacionalização do capital, fragmentação e

heterogeneidade da classe trabalhadora, a expansão do trabalho morto e a crescente exclusão do trabalho vivo, a “intelectualização” do trabalho e o crescimento das vagas *part-time*, temporárias e precarizadas. Sobre o desenvolvimento do trabalho intelectual, Antunes (2009) explica que não se trata de um trabalho provido de sentido e autonomia, mas sim uma intelectualização abstrata.

Dentro da ideia de crise da sociedade do trabalho, é possível descrever aspectos que marcam uma tendência do capital na atualidade: a qualidade total. Neste modelo, o foco está no desenvolvimento e criação de produtos supérfluos e de rápida reposição por conta de sua fragilidade. É “a engrenagem de um sistema de metabolismo social do capital que converte em descartável e supérfluo tudo que poderia ser preservado e reorientado” (ANTUNES, 2005, p. 44).

Tendo como base essa realidade, Antunes (2005) contraria o discurso do fim do trabalho ou da perda de sua centralidade e argumenta sobre a ideia de crise da sociedade do trabalho. Tal interpretação está vinculada à noção de relações de trabalho atuais e as novas configurações da classe trabalhadora. Com isso, Antunes reposiciona o trabalho e sua condição central na contemporaneidade. Há um novo contexto e um novo modelo que deve ser considerado.

## **2.2 O trabalho e o distanciamento da função humanizadora**

A nova morfologia do trabalho, tema que vem sendo discutido com profundidade por Antunes (2005; 2009), está ligada a concepção de uma nova classe trabalhadora ou, como descreve Antunes, *classe-que-vive-do-trabalho*. Marcada por um caráter multifacetado de trabalho e que, não diferente de outros tempos, possui os trabalhadores e trabalhadoras produtivos<sup>3</sup> como seu núcleo central, mas que ainda assim, incorpora novas esferas populacionais em sua qualificação.

Se antes a classe trabalhadora estava marcada exclusivamente como espaço de uma população fabril, característica das estruturas tayloristas-fordistas, caracterizada como produtora de valor e mais-valia, a classe trabalhadora moderna vai além e engloba os demais trabalhadores do coletivo social. Incorpora os chamados trabalhadores improdutivos, aqueles que não se encontram atrelados diretamente à valorização do capital, assim como toda a gama

---

<sup>3</sup> É importante trazer à baila o que Antunes entende por trabalhador(a) produtivo. O próprio Antunes (2005, p. 60) nos remete ao sentido dado por Marx quanto a ser o trabalhador produtivo “aquele que produz diretamente mais-valia e que participa diretamente do processo de valorização do capital”, fator que o coloca como central na classe trabalhadora.

de trabalhadores, empregados ou desempregados, que fazem parte do sistema ampliado. Uma classe trabalhadora que engloba todo o contingente que vive da venda de sua força de trabalho e, como destaca Antunes (2005), não é proprietário dos meios de produção.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada do tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis estruturados por meio de empregos formais (ANTUNES, 2005, p. 76).

A visão ampliada de classe trabalhadora, descrita por Antunes (2005), caracteriza-se por incluir aqueles que representam a parcela denominada de não produtiva e é imprescindível para que se consiga analisar e compreender a atual sociedade do trabalho e sua nova morfologia. Nessa nova estrutura de classe trabalhadora, é possível verificar, embora haja proximidade, um maior distanciamento entre os seres sociais por conta da amplitude da fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora. Fato que ressalta a diferença com a caracterização utilizada anteriormente, onde a identificação de grupos fabris facilitava seu reconhecimento e sentimento de pertencimento. O que se percebe hoje é um processo de desproletarização no meio industrial, refletindo os avanços da robótica e automação das indústrias, e outro de subproletarização, principalmente pelo aumento expressivo dos trabalhos precarizados, temporários e parciais (ANTUNES, 2009).

As transformações ocorridas na classe trabalhadora nos últimos tempos, compõem uma relação dialética com as novas realidades do trabalho no âmbito do capitalismo. A empresa moderna reestruturada e com o foco voltado para a redução da força de trabalho e ampliação da produtividade reflete no modelo de trabalhador solicitado. Se a seleção de trabalhadores para as empresas, montadas nas matrizes tayloristas/fordistas, identificava no trabalhador especialista em uma atividade específica o seu ideal, as novas formas de trabalho buscam o ser social polivalente, com capacidades para atender diversas exigências da multifuncionalidade do capital contemporâneo (ANTUNES; POCHMANN, 2007).

Sobre a multitarefa ou polivalência, Han (2015, p. 32) faz um comparativo com os animais em estado selvagem. Para estes, cada momento deve ser distribuído em diversas atividades enquanto técnica indispensável para a sobrevivência. “Um animal ocupado no exercício da mastigação de sua comida tem de ocupar-se ao mesmo tempo também com outras atividades. Deve cuidar para que, ao comer, ele próprio não acabe comido”. Aproximando o selvagem das necessidades impostas pelo novo modelo de trabalho, o ser

social multitarefas de nada se distingue daquele animal que mantém-se vigilante às costas enquanto se alimenta. A característica contemplativa, de que fala Han, é deixada de lado em busca da sobrevivência.

Ainda que se busque demarcar o trabalho como atividade de constituição humana, verifica-se que a sociedade capitalista vem desconstruindo, ao longo do tempo, essa característica humanizadora e transformando o trabalho em atividade alienante, fato para o qual Marx (2013) já chamava a atenção. Nesse contexto de alienação, o trabalho perde sua finalidade de produzir de forma útil para a sociedade e passa a ser desenvolvido exclusiva e obrigatoriamente para a valorização do capital. Aquilo que é produzido pelo trabalhador não mais o é para sua utilização. Onde originalmente tínhamos o trabalho como objeto de satisfação, hoje o vemos como um meio para se alcançar a realização. Não há satisfação no ou com o trabalho, mas sim a degradação do sujeito. Para além disso, Antunes (2009) chama a atenção para o fato de que o estranhamento desenvolvido no universo produtivo tem ultrapassado os muros da fábrica, atingindo de forma violenta o tempo fora do trabalho.

Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, onde o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos *shoppings*, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho. Um exemplo ainda mais forte é dado pela necessidade crescente de *qualificar-se melhor e preparar-se* mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram grande parte realizadas pelo capital (ANTUNES, 2009, p. 131. Grifos do autor).

Por este prisma, as relações de trabalho configuram os sujeitos como objetos do capital. Mesmo fora do trabalho a reificação garante uma atuação que complemente os aspectos do capital, seja por meio do consumo ou através da busca pela empregabilidade, ponto que requer atenção e que será desenvolvido em outro momento.

Assim, além de considerarmos a nova morfologia do trabalho como multifacetado, polissêmico e polimorfo, como explica Antunes (2005), é necessário compreender como se dá a relação entre sujeitos e maquinários nos espaços fabris. Na estrutura contemporânea do trabalho, mais que modificações nos moldes da classe trabalhadora, vemos a busca pela interação entre trabalho morto e trabalho vivo como uma das faces mais expostas do capital. Isto se dá, pela impossibilidade de garantir os processos produtivos e de consumo exclusivamente por meio de máquinas, assim o capital mantém o trabalho vivo envolto a uma

expansão sem limites do trabalho morto, em um aumento significativo do sobretrabalho atrelado à diminuição no número de trabalhadores. De forma simples, é possível dizer que se não há como eliminar o trabalhador do processo de produção de mercadorias, que este possa produzir de forma intensa, garantindo a maior valorização do capital, com o menor número de sujeitos no menor espaço de tempo possível.

Como a máquina não pode suprimir completamente o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. Nesse processo aumenta ainda mais o estranhamento e a alienação do trabalho, amplificando as formas modernas de reificação, por meios das subjetividades inautênticas e heterodeterminadas (ANTUNES, 2005, p. 63).

As estruturas que condenam o ser social a uma relação intensa com o trabalho morto são as mesmas que convergem para a eliminação do sentido do trabalho. “Isso porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital também desestrutura o ser social” (ANTUNES, 2005, p. 66). Há, como resultado dessa relação, a construção de uma subjetividade não autêntica, marcada por um processo de reificação e com perda de autonomia e autoconsciência, características reforçadas pelo capital. Nesse processo perde-se, ainda, aquilo que Marx destacava como grande diferença entre o pior arquiteto e a melhor abelha, tornando o trabalhador o espelho da abelha apresentada na passagem. Tal afirmação vem fundamentada na relação homem/máquina proposta pelo capital. Nesta relação, o que antes era visto como humanizador passa a ser percebido como um processo antagônico, de desumanização, retirando o caráter que diferencia o ser social dos demais animais, sua capacidade de reflexão e de imprimir a sua consciência no resultado de seu trabalho. O que ocorre aqui é o distanciamento da consciência que intervém na natureza, como aponta Lukács (2013), da ação pensada e do planejamento no momento da realização do trabalho. O ser social passa a agir de forma autômata, apresentando-se passivo frente ao trabalho morto.

### **2.3 Consequências da expansão do Trabalho morto**

A ideia de trabalho morto está vinculada à sua diferenciação com o trabalho vivo. No entendimento de Antunes (2005), o trabalho vivo possui como característica a atividade humana em seu contato com a natureza. Há, nessa atividade, a busca pela modificação da natureza com a finalidade de atender a certas necessidades humanas. Como nos traz Lukács (2013), existe uma intenção humana no trabalho que busca um resultado específico nessa relação com a natureza. Contudo, ao se mencionar trabalho morto, é necessário compreender

que este trata da inserção do maquinário, da tecnologia, na relação do homem com a natureza, redistribuindo o emprego da força de trabalho para uma realidade que liga homem e máquina, não mais homem e natureza. Percebe-se, aqui, aquilo que Marx (2013) trata como trabalho estranhado, o momento em que o trabalhador não possui contato com o resultado do seu trabalho e não se compreende no processo de produção capitalista, este pautado pela relação homem/máquina.

O que ocorre na interação homem/máquina, trabalho vivo/trabalho morto é, antes de tudo, o uso do homem pela máquina. Se antes o trabalho se caracterizava pela possibilidade do ser social imprimir na natureza sua idealização e planejamento, o uso de máquinas lhe possibilita apenas supervisionar o trabalho morto, garantir o seu funcionamento e capacidade de produção. O trabalho, assim, não ocorre como mediador entre homem e natureza, não há mais o contato do humano com a matéria com o objetivo de moldá-la conforme suas necessidades, o que há é a corrosão da autonomia humana no processo de produção. “Dá-se então um processo de objetivação das atividades cerebrais na maquinaria, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada” (ANTUNES, 2009, p. 124). O ser social não mais possui o conhecimento para a criação, e se o possui não pode fazer uso, ele passa a operar uma máquina que lhe retira o controle sobre o seu trabalho e lhe ordena o ritmo e maneira de trabalhar. O próprio trabalho humano se torna mercadoria.

Na estruturação da sociedade o professor não está fora disso, ele sofre com as suas consequências. Se por um lado as atividades em sala de aula ganham um direcionamento conforme as demandas do mercado, mercado esse que exige o desenvolvimento de indivíduos capazes de contribuir para a valorização do capital quando em contato com o mundo do trabalho e em suas relações com o trabalho morto, de outro lado o próprio professor sente os efeitos dessa nova estruturação. Sobre esse tema, algumas hipóteses podem ser levantadas sobre os impactos do trabalho morto no âmbito escolar.

Em um primeiro momento, o modelo de empresa enxuta proporcionado pela inserção do maquinário acaba refletindo no desejo da escola em garantir a redução de trabalhadores, posição próxima ao que descrevem Dardot e Laval (2016) quando fazem referência ao *management*. Ainda, é possível pensar a questão social, que leva para dentro da escola a necessidade de produção de mão de obra que dê conta do desenvolvimento do trabalho morto. Vislumbra-se uma instrumentalização da educação como ferramenta para o modelo de empresa enxuta, como pode ser visto em Laval (2004) no texto *A escola não é uma empresa* e em Mészáros (2008) com a *Educação para além do capital*. Sobre esse ponto,

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança [...], tornou-se uma peça do processo de acumulação do capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo da perpetuação e reprodução desse sistema (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

Segundo, o impacto através da educação à distância que vem marcando espaço nos ensinos fundamentais e médio. Neste modelo um único professor é contratado para dar conta de diversas turmas por meio da tecnologia. Computadores fazem às vezes do maquinário fabril e o professor passa a ser o operador da máquina, agindo conforme as necessidades e direcionamentos desta. Terceiro, o apostilamento inserido por conta das mantenedoras, nos casos privados, ou por ONGs que se aproximam das escolas públicas. Nesse modelo o professor passa a ser um personagem que faz o que a tecnologia solicita, não se diferenciando daquilo que cabe ao operário fabril atrás da máquina.

Assim, embora a inserção do maquinário tecnológico, descrito por Antunes (2009), possua um maior vínculo com os espaços fabris, os resultados dessa convivência trabalho vivo/morto vem colocando em xeque, também, o trabalho do professor. A necessidade de garantir que os indivíduos que passam por suas salas de aulas forneçam a força de trabalho desejada pelo capital, instrumentaliza a atividade escolar, fixando o professor como recurso do modelo econômico por meio de políticas educacionais que imprimem o capitalismo moderno. Além disso, o cenário social acaba por refletir no espaço escolar as angústias de uma população que tem no desemprego suas maiores inquietações.

#### **2.4 Desemprego estrutural e precarização do trabalho: conceito de precarização.**

Inicialmente, para que possamos trabalhar a ideia do desemprego estrutural, cabe um olhar para sua ligação com o processo de expansão do trabalho morto. Fazer essa conexão acaba por possibilitar o reconhecimento do que se caracteriza enquanto desemprego estrutural, diferenciando das situações que ocorrem em casos marcados por conjunturas econômicas, por exemplo. Enquanto o desemprego conjuntural está vinculado às mudanças de mercado, pautadas pelo aumento ou diminuição de demandas por produtos e que, quando ocorrem, transmitem uma necessidade de redução de custos imediatos, fator que influencia diretamente na precarização do trabalho, o desemprego estrutural vem marcado por uma lógica vigente, por um modelo social de trabalho.

O desemprego estrutural tem sido resultado de uma reestruturação produtiva que, como explicam Antunes e Pochmann (2007), amplifica o uso de maquinários nos espaços de produção, limitando o uso de trabalho vivo. Por esta base, é possível identificar o desemprego estrutural como aquele causado pela inserção de máquinas na indústria, pela adoção de novas tecnologias é planejado e tem como finalidade uma redução no número de empregados, principalmente na troca pelo maquinário, diminuindo custos e ampliando a valorização do capital. Como modelo adotado pela empresa enxuta, quando uma vaga de trabalho é fechada pelo desemprego estrutural, essa não volta a ser aberta em outro momento, tendo como consequência a perda de uma profissão ou da identificação do ser social com as atividades exercidas durante toda a vida.

Com a incorporação da empresa enxuta, a diminuição no número de trabalhadores passa a ser o objetivo organizacional de relações de trabalho. Conforme argumentam Antunes e Pochmann (2007, p. 199. Grifo dos autores), “esse sistema [...] tomou como base a indústria têxtil, na qual os/as trabalhadores/as operavam várias máquinas simultaneamente, ao contrário da relação um trabalhador, uma máquina, como ocorria no sistema *taylorizado e fordizado*”, aumentando a intensidade do trabalho e o desgaste físico e mental do trabalhador. O desemprego estrutural, ultrapassando as marcas do número de trabalhador/máquina, direciona a empresa moderna para um extenso caminho de flexibilização e precarização do trabalho.

O caminho que leva à precarização do trabalho vem sendo construído por meio do desmonte de direitos adquiridos a duras custas e lutas sociais. O discurso da flexibilização, vendido como portas que se abrem para o aumento da empregabilidade, surge, na verdade, com o objetivo de garantir às empresas o direito de demitir trabalhadores conforme a volatilidade do mercado de consumo (ANTUNES; POCHMANN, 2007).

Flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter-se qualquer ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho e ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da revolução industrial (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 203).

A precarização do trabalho leva à uma confusão e incertezas. O trabalhador está, a todo o momento, no limiar entre o emprego e o desemprego (ANTUNES; POCHMANN, 2007). Suas relações também acabam se flexibilizando, não há como garantir a continuidade de atividades laborais com a perda dos direitos do trabalho, o próprio trabalho se torna momento de angústia frente à precariedade e a instabilidade. Conforme Lancman (2011, p. 37), “o fim do trabalho estável traz consigo a perda da esperança, do sonho de ascensão e de

progresso social por meio do trabalho”. Não há mais identificação do trabalhador com a sua função, seja pela multifuncionalidade esperada pelas empresas, seja pela limitação temporal imposta pelas regras flexibilizadas.

Proliferam, nesse cenário aberto pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva de amplitude mundial, as distintas formas de flexibilização: salarial, de horário, funcional ou organizativa, entre outros exemplos. Desse modo, a flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa”: para desempregar trabalhadores, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; para reduzir o horário de trabalho ou para recorrer a mais horas de trabalho; para ter a possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; para poder subdividir a jornada de trabalho em dias ou semanas segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 202-203).

As reflexões de Antunes e Pochmann (2007) trazem à baila o conceito de neoliberalismo, fundamental para o entendimento das novas lógicas discursivas e práticas de organização da sociedade e dos impactos na vida das pessoas. Nesse sentido, de repercutir na vida das pessoas, Dardot e Laval (2016) orientam que o neoliberalismo é criador de subjetividades e, com elas, de relações sociais marcadas por este padrão. As competições se acirram, as relações humanas se baseiam na lógica de mercado e são lapidadas expressões utilizadas em larga escala, como a do sujeito empreendedor. Assim, “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15).

Nesta perspectiva, o que se vê é um processo que cruza a fronteira do desemprego estrutural, adentrando em um campo de precarização estrutural do trabalho, como defendem Antunes e Pochmann (2007). Não distante disso, esses autores descrevem a situação da precarização, desemprego e da consequente pobreza na realidade brasileira. Nessa mesma linha de pensamento, Sene (2005) explica que o desemprego estrutural acaba tendo como consequência a eliminação de postos de trabalho, situação que leva milhares de trabalhadores à condição de desempregados. Com isso, e considerando as características do modelo da empresa enxuta e do neoliberalismo, como sugerido por Dardot e Laval (2016), tem-se uma situação de trabalhadores incapazes de fazer frente às novas exigências multifuncionais empresariais e, conseqüentemente, dos direcionamentos competitivos, levando ao afastamento permanente do mercado de trabalho, não mais temporário como em casos de desemprego conjuntural. Nesse contexto, Sene chama a atenção para o fato de que o trabalhador, após um ano fora do mercado de trabalho, reduz em muito as chances de retorno, condição que reflete

em casos de desistência quanto a busca de uma colocação, levando a consequências diretas na vida pessoal do ser social.

Por este prisma, Antunes e Pochmann (2007) indicam certa convergência entre o aumento do desemprego e a diminuição das condições de trabalho. Além disso, os autores refletem sobre a realidade brasileira com relação ao aumento da pobreza na população economicamente ativa. A dificuldade que atingia a parcela da população apartada do mercado de trabalho, hoje compromete, também, aqueles que estão em atividade. Quanto a isso, Antunes e Pochmann (2007, p. 206) explicam que “no passado, por exemplo, a situação de pobreza estava mais relacionada ao segmento inativo da população. Assim, ter-se acesso à ocupação no mercado de trabalho era condição quase suficiente para se superar o limite da pobreza absoluta”, situação que vem se modificando no capitalismo moderno. Uma das questões que devem ser levadas em consideração, orienta Sennett (2019), diz respeito à desigualdade salarial, reflexo claro das relações precarizadas de trabalho. Como exemplo dessa diferença salarial, Sennett (2019, p. 62) revela dados que podem ser próximos às demais realidades capitalistas, como a realidade brasileira. “Na Grã-Bretanha, *The Economist* calculou recentemente que os 20 por cento de maior renda da população trabalhadora ganham sete vezes mais que os 20 por cento de menor renda, quando há vinte anos a proporção era de apenas 4 vezes”.

Como resultado da precarização do trabalho e das modificações legais que permitem a piora nas relações empregado/empregador, a população ativa no mercado de trabalho tem perdido suas, já poucas, garantias de manutenção. Com isso, o dia-a-dia do trabalhador tem traçado uma linha reta para condições de adoecimento, principalmente por não possibilitar quaisquer perspectivas de futuro e de proteção social.

### **3 O TRABALHO ENQUANTO GERADOR DE ADOECIMENTO**

Considerando a realidade apresentada até aqui sobre o novo mundo do trabalho, faz-se presente o entendimento de uma sociedade que pode levar ao adoecimento. Enquanto o capital consome as forças de trabalho, depredando as características humanas na relação com a natureza, os seres sociais envolvidos nessa construção refletem os pontos negativos através da destruição das relações sociais e do adoecimento pessoal.

Por esta perspectiva, este segundo capítulo adentra em um novo campo, buscando estabelecer relações entre a contextualização proposta no espaço anterior e o adoecimento pela organização do trabalho no capitalismo moderno. Para tanto, são retomados alguns pontos discutidos por Antunes (2005, 2009) e que contribuem para a compreensão de aspectos da nova organização do trabalho, como a exploração, individualização, competitividade e, por conseguinte, o adoecimento no trabalho. Em seguida, seguindo a mesma linha de pensamento, trata-se de uma aproximação com o conceito de neoliberalismo e a sua relação com o adoecimento. Ao final deste capítulo, como forma de direcionamento para os objetivos propostos por esta pesquisa, são dados os passos iniciais no caminho que levará para o entendimento do adoecimento de professores.

#### **3.1 Precarização, individualização e adoecimento no trabalho**

Conforme explicam Antunes e Praun (2015), a década de 1970 foi um marco para o desenvolvimento de estratégias do capital que pudessem dar conta da estagnação da acumulação e da queda de efetividade dos processos industriais elaborados por Taylor e Ford. Com isso, os anos seguintes trouxeram uma estruturação empresarial que se volta para o aumento da exploração do trabalho, como forma de contribuir para a valorização do capital. As novas formas de divisão do trabalho descrevem uma nova classe trabalhadora e uma deterioração dos direitos sociais e das condições de trabalho e salário.

No Brasil, particularmente na década de 1990, as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, foi ainda acentuada pela desorganização do movimento operário e sindical, imposta pela vigência, entre 1964 e 1985, da ditadura militar (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 409).

Com o advento do modelo enxuto de organização, e das realidades laborais expressas por Antunes (2000; 2005; 2007; 2018), ganham espaço características do trabalho que, embora demarcadas já no início dos processos produtivos da industrialização, comprometem não só as condições de trabalho, mas resultam em processos de adoecimento dos seres sociais a eles vinculados, independentemente de estarem ou não empregados. Isto se dá pela forma destrutiva como se expressa o capitalismo contemporâneo com as marcas da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Antunes (2000) explica que as manifestações capitalistas, dentro dos movimentos de competitividade, têm como características os ataques violentos à força de trabalho, seja por meio do aumento da exploração ou pela redução das garantias sociais. Contudo, para além de assegurar ganhos por meio da precarização, a relação homem/natureza vem sendo destruída, ainda, pelos constantes ataques ao meio ambiente.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES, 2000, p. 38. Grifo do autor).

Ainda dentro do sistema predatório que compromete as condições de vida dos seres sociais, descrito por Antunes (2000), é possível verificar a relação existente entre precarização e adoecimento no trabalho. Antunes e Praun (2015) descrevem maior grau de degradação das condições de trabalho em locais onde as legislações trabalhistas são mais flexíveis. Com isso, aumentam as possibilidades de espoliação da força de trabalho, a partir da sensação de insegurança e vulnerabilidade da classe que vive do trabalho.

A partir desta base, Antunes e Praun (2015, p. 412) trazem a concepção de que os agravos nas condições de trabalho e os consequentes adoecimentos da população trabalhadora são reflexos do modelo de flexibilização que “se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada - situação verificada de forma explícita nas relações de trabalho de professores, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação [...]” e nas condições criadas para o avanço do desemprego estrutural.

Sobre a confusão entre espaços de trabalho e vida privada, Dejours e Bègue (2010) fazem referência ao número de casos de suicídios ocorridos na agricultura, dados que colocaram essa categoria profissional como a de maior incidência para esse tipo de situação.

Conforme descrevem os autores, o meio agrícola é um espaço marcado pela proximidade entre trabalho e vida privada, cenário encontrado, hoje, em outros campos.

Em realidade, os suicídios nos locais de trabalho ocorrem hoje nos meios socioprofissionais os mais distintos: são homens e mulheres que trabalham nos hospitais, nas instituições de ensino, na construção civil, nas indústrias eletroeletrônicas, nos serviços bancários, que trabalham com novas tecnologias, nos serviços comerciais, nas empresas multinacionais, entre outros (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p. 12).

Dentro do rol de condições precarizantes do trabalho que contribuem de forma efetiva para o adoecimento estão as que levam ao perecimento das relações entre os indivíduos. O capitalismo moderno e a nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2005) têm apresentado, além de uma nova caracterização de classe trabalhadora, novas formas de adoecimento. Antunes e Praun (2015, p. 410) trazem à baila uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* de 1979 que retrata a situação dos operários da metalurgia no ABC paulista. Importa destacar que o final da década de 1970 foi um período de reestruturação do capital com estratégias que pudessem garantir seu crescimento frente à estagnação econômica. No relato publicado pelo jornal, mais da metade dos participantes da Associação dos Aposentados Metalúrgicos da região haviam se aposentado por invalidez antes mesmo dos 50 anos de idade. “Neurose, pressão alta acompanhada de derrame cerebral e moléstias da coluna vertebral são as doenças profissionais responsáveis pela maior parte das aposentadorias por invalidez”. Desde então, esses dados multiplicaram-se e proliferaram-se em múltiplos espaços, entre os quais, no âmbito da educação escolar.

O artigo apresentado pela reportagem citada por Antunes e Praun (2015) pode ser visto como resultado do modelo de exploração utilizado pelo capitalismo na busca por sua valorização. Com isso, o espaço de trabalho, que deveria contribuir de forma positiva para o desenvolvimento humano e mudanças sociais, acaba se revelando uma ferramenta para benefícios unilaterais dentro da tríade capital-homem-natureza, restando aos dois últimos o adoecimento, degradação e a tarefa de suprir as necessidades do capital em meio a um constante aumento da precarização do trabalho. Para melhor compreensão, Marcon (2019, p. 553) explica que “a precarização do trabalho é expressa pela baixa remuneração e pelo elevado número de horas semanais trabalhadas”, quadro que tem envolvido cada vez mais a classe trabalhadora.

Em uma pesquisa que retrata as condições socioeconômicas e culturais de estudantes da Pedagogia, Marcon (2019) explicita essas características da precarização ao evidenciar que

95% dos participantes da pesquisa, que trabalham, possuem remuneração de até dois salários mínimos, mesmo que a maioria trabalhe mais de 30 horas semanais, sendo que 17% superam as 40 horas, sem que sejam contabilizadas as horas demandadas pelo curso universitário. Quanto a essa realidade, Marcon alerta que

As condições de trabalho intenso e precarizado, agravadas pela ausência de um tempo adequado para o descanso, o lazer e uma boa alimentação, trazem como consequência problemas de saúde. Mais da metade dos alunos (54,7%) não consegue alimentar-se adequadamente antes de ir para a Universidade à noite. Alguns dizem que se alimentam bem, mas quando descrevem como se alimentam e o que consomem, o quadro é de precariedade: são lanches rápidos feitos durante a viagem no ônibus ou quando chegam aos campi e, caso isso não seja possível, alimentam-se no intervalo das aulas. Há casos em que somente se alimentam quando retornam para casa, após a aula (MARCON, 2019, p. 553).

Nesse contexto precarizado e relacionado ao adoecimento dos trabalhadores, alguns aspectos precisam ser pontuados. Dejours e Bègue (2010), Antunes e Praun (2015) e Sennet (2019) são unânimes em indicar as mudanças no mundo do trabalho como responsáveis por situações que levam ao adoecimento. Um dos pontos que ganha destaque nas falas dos autores diz respeito à quebra das relações entre os trabalhadores. Conforme explicam Antunes e Praun, a individualização do trabalho tem contribuído para o esfacelamento do contato solidário nos espaços de trabalho, ampliando as condições que apontam para o adoecimento.

Além disso, as novas formatações do trabalho vêm reforçando uma forma de vida marcada pelo extremo esforço e pela necessidade de superação diária de situações degradantes, como as apresentadas por Marcon (2019). Nesse estudo é possível verificar as dificuldades encontradas em estudantes que, em sua maioria trabalham. Nesse contexto, evidencia-se que o “sucesso ou o fracasso no trabalho e na sociedade tende a recair sobre o indivíduo” (MARCON, 2019, p. 554), isentando as demais esferas sociais, fator que corrobora as percepções de Dardot e Laval (2016) quanto a necessidade de se construir um novo sujeito, notado por uma capacidade de superação, competição, flexibilidade e, quiçá, passividade frente ao trabalho neoliberal, como demonstrado por Marcon.

A realidade exposta por Marcon (2019) remete, ainda, ao reconhecimento de aspectos de competição já na formação inicial de professores. Tendo essa realidade como base de interpretação, é possível identificar, desde o início do processo de constituição do professor, o fomento de sujeitos marcados por uma conjuntura de luta diária que podem ser transmitidas para as relações de trabalho nos espaços escolares, rompendo com a solidariedade, remetendo ao descrito por Antunes e Praun (2015). Cabe considerar, ainda, que no contexto escolar, a perda de relações solidárias, a intensificação do trabalho docente, assim como ocorre nos

demais campos de atuação da classe trabalhadora, associado às dificuldades de relacionamento nos espaços de trabalho, estigmas do neoliberalismo, tem ampliado o distanciamento entre os seres sociais e contribuído para o agravamento das condições que podem levar ao adoecimento.

Tendo como base os diagnósticos realizados por Antunes (2000; 2005; 2007; 2018), Dardot e Laval (2016) e Marcon (2019), pode-se visualizar um isolamento dos trabalhadores nos seus espaços produtivos, ganhando força suas relações quase exclusivas com as tecnologias e maquinários que compõem o trabalho morto. Com respeito ao distanciamento nas relações sociais entre os trabalhadores, Sennet (2019) compreende que as questões que levam à flexibilização, divisão, fragmentação e a precarização do trabalho contribuem de forma significativa para o empenho do trabalhador em prol da racionalidade neoliberal. Com o desenvolvimento de relações de competição e o distanciamento entre trabalhadores, há o incentivo à quebra do que é descrito como simpatia. Reação desencorajada com a divisão do trabalho e com a criação de espaços competitivos.

Complementando, tem-se o desemprego estrutural e a sua construção como agravante na manifestação da individualização, tendo em vista sua capacidade de tornar cada ser social uma ameaça, situação sinalizada por Han (2015) ao tratar do sujeito multitarefa e a necessidade de atenção por sobrevivência ou, ainda, como apontado por Dardot e Laval (2016) ao alertarem que o neoliberalismo exige que cada sujeito social assuma o discurso da competição, entrando em luta direta uns contra os outros na busca pela melhor colocação no mercado, situação que vem sendo trabalhada de forma ampla pelo capital.

Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 13).

Conforme revelam Dardot e Laval (2016), tendo em conta que o controle sobre os trabalhadores é uma das formas de reorganização das empresas, e verificando que o medo do desemprego ou da precarização não surtiu todo o efeito esperado, novas alternativas pautaram as ações neoliberais nos espaços de trabalho e uma delas envolve processos de individualização de objetivos. Nesse modelo, é possível suprimir os compromissos de comunidade nos locais de trabalho, incentivando e normalizando a concorrência direta entre os assalariados.

Vejam a questão do compromisso e lealdade. “Não há longo prazo” é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. A confiança pode, claro, ser uma questão puramente formal, como quando as pessoas concordam com numa transação comercial ou dependem de que as outras observem as regras de um jogo. Mas em geral, as experiências mais profundas de confiança são mais informais, como quando as pessoas aprendem em quem podem confiar ou com quem podem contar ao receberem uma tarefa difícil ou impossível. Esses laços sociais levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e brechas das instituições (SENNETT, 2019, p. 24).

Ao falar de negação do longo prazo, nega-se a possibilidade de narrativa da experiência, como diz Sennett (2019). Sem experiência a ser narrada há um problema de identidade, o sujeito não possui história e não se constrói enquanto ser social. O distanciamento de seus pares e a impossibilidade da experiência, assim como a constância da competitividade, traços da sociedade do Século XXI, acabam impondo novas formas de adoecimento ao trabalhador.

E nessa situação, como ficam os professores sob o domínio das lógicas concorrenciais do neoliberalismo? Como se dá o ser professor em um quadro de explícita competição e imposição de desempenhos individualizados? É possível uma distinção entre professores e demais trabalhadores sob a perspectiva neoliberal? Se considerado o pensamento de Han (2015, p. 70) quando explica que “a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram cansaço e esgotamento extremos”, torna-se difícil o distanciamento desses profissionais, uma vez que não há como estarem imunes aos ataques da sociedade do desempenho.

Um dos pontos desenvolvidos por Han (2015) diz respeito ao excesso de informação e o conseqüente cansaço. O excesso de informação coloca o sujeito em estado de constante alerta, seja para atingir e superar suas expectativas enquanto empreendedor e responsável por si mesmo, ou manter-se em condições de empregabilidade, como sugerido por Dardot e Laval (2016). Tais situações também ocorrem no âmbito escolar, na medida em que há um crescente número de informações que ganham destaque na forma de material indispensável para o tão aclamado sucesso profissional, desempenho.

O desempenho do sujeito, pela lógica neoliberal, está vinculado a quantidade de informações que consegue consumir e o retorno que esse consumo proporciona. Com isso, o sujeito coloca-se em situação de dependência em relação às informações, como prova de sua capacidade de adaptação ao modelo, tal qual uma máquina que recebe atualizações diárias, perde a capacidade humana de contemplação. Quanto a isso, argumenta Han (2015, p. 56. Grifo do autor.), “no empuxo daquela positivação geral do mundo, tanto o homem quanto a

sociedade se transformam numa *máquina de desempenho autista*<sup>4</sup>. Conforme explica Han (2017, p. 96. Grifo do autor.), ainda que a busca por informações contínuas possa transparecer êxito, “a massa de informações não gera *verdade*, e quanto mais se liberam informações tanto mais intransparente torna-se o mundo. Por isso, a hiperinformação e a hipercomunicação não trazem *luz* à escuridão”.

Assim como pode ser visto em Han (2015), Dejours (2011) tem analisado a questão do adoecimento no trabalho direcionando seus olhares não apenas para aquilo que envolve o adoecimento físico do trabalhador, mas para os problemas psíquicos que têm afetado cada vez mais a classe trabalhadora. Não distante do que Dardot e Laval (2016) reproduzem no que tange às dificuldades humanas de aproximação entre os sujeitos, Dejours tem apontado essa nova dinâmica e chamado a atenção para o fato de que a partir dela há um crescente número no adoecimento dos trabalhadores.

Para Dejours (2011), o processo de individualização desenvolvido pelo neoliberalismo não pode ser visto como um ganho para a classe trabalhadora, pelo contrário, coloca os indivíduos em posição de isolamento, contribuindo para o fim daquilo que Dejours retrata como estratégias defensivas contra o sofrimento. A saber.

[...] há cerca de 30 anos foram descobertas estratégias defensivas contra o sofrimento, que passam por uma forma específica de cooperação entre trabalhadores para lutarem juntos contra o sofrimento engendrado pelos constrangimentos do trabalho: medo do acidente, angústia de não ser capaz de seguir as cadências ou limites de tempo impostos, sofrimento proveniente da repetição contínua e do aborrecimento, medo das agressões provenientes dos usuários, ou dos clientes, receio da dominação e da autoridade exercida pela hierarquia, medo da demissão, entre outros transtornos (DEJOURS, 2011, p. 24-25).

A partir dessa base, fica evidente o número de questões que envolvem as relações entre os seres sociais e o trabalho no capitalismo moderno. Conforme explica Dejours (2011), as relações com o trabalho têm causado adoecimento desde o seu início. Não é algo novo a ocorrência de assédio moral, ou de doenças físicas causadas pela repetição ou acidentes. Entretanto, se antes tínhamos as pressões físicas como o grande foco dos atendimentos nas clínicas do trabalho, hoje novas formas de adoecimento têm garantido boa parte das vagas nos atendimentos oferecidos, como alerta Lancman (2011, p. 35) ao apresentar “afecções

---

<sup>4</sup> Para Han (2015, p. 56. Grifo do autor.), a expressão de *máquina de desempenho autista* traz um comparativo entre as capacidades humanas e a de um computador. Quanto à máquina, descreve Han, é capaz de cálculos em quantidades maiores que o humano por conta de sua natureza e estrutura. “Possivelmente o computador conte de maneira mais rápida que o cérebro humano, e sem repulsa acolhe uma imensidão de dados, porque está livre de qualquer *alteridade*”. Alteridade da qual vem sendo distanciado o ser social.

musculoesqueléticas, estresse, problemas psíquicos, reações asmáticas e alérgicas, problemas decorrentes da exposição a agentes tóxicos e cancerígenos etc.” como o foco das atuações nos espaços de atendimentos de trabalhadores.

Para Han, existem enfermidades características de cada época, verificando a sociedade do desempenho como espaço do desenvolvimento de adoecimentos que a diferenciam das fases anteriores do capitalismo. O Século XXI possui doenças neuronais como características de sua época. Não se travam batalhas virais como ponto chave, as lutas ocorrem contra casos de depressão, transtornos de personalidade, síndrome de Burnout, déficit de atenção e hiperatividade. Esses são os novos adoecimentos que têm ganhado espaço na sociedade do desempenho (HAN, 2015).

Tal situação, explica Dejours, não significa que a fragilidade das estruturas psíquicas tenha papel exclusivo no adoecimento dos trabalhadores, mas, sim, a debilidade da coletividade como recurso. Dejours argumenta:

O que mudou é o crescimento desmesurado das patologias decorrentes destas perseguições, não apenas contra os operários e contra os empregados, de maneira mais ampla, como também, agora, nas fileiras da hierarquia intermediária. Por quê? Porque diante da perseguição não há mais solidariedade. E quando se está só, abandonado pelos demais, é psicologicamente muito mais difícil suportar a injustiça do que quando se conta com a cumplicidade dos colegas. Todas as novas patologias relacionadas com o trabalho, hoje, são, antes, patologias da solidão (DEJOURS, 2011, p. 26).

Na mesma linha de pensamento de Dardot e Laval (2016) e Sennett (2019), Dejours reconhece as novas formas de organização do trabalho, principalmente os processos de avaliações individualizadas, como pontos de partida para a degradação das relações coletivas e o conseqüente crescimento do adoecimento. Trazendo para a realidade do Brasil, Lancman (2011) faz referência às mudanças realizadas pela reengenharia empresarial ocorrida nas últimas décadas como um quadro que agrava as condições de saúde dos trabalhadores.

### **3.2 A nova organização do trabalho: neoliberalismo e adoecimento**

Nesse espaço, é possível retomar alguns pontos organizados por Antunes (2005) quando trata da nova morfologia do trabalho. Ao referenciar algumas das características dessa nova estrutura, Antunes chama a atenção para dois pontos que devem ser aqui considerados: as dificuldades dos mais velhos com o mercado de trabalho e o crescimento no número de contratações de mulheres no espaço fabril.

No entendimento de Sennett (2019) o número de demissões e dificuldades de retorno ao mercado de trabalho para sujeitos de meia-idade está fortemente vinculado ao modelo empresarial adotado. Se o que rege o mundo do trabalho é uma racionalidade neoliberal, como descrevem Dardot e Laval (2016), visualiza-se o espaço empresarial em busca de sujeitos capazes de atender as demandas competitivas do modelo adotado. Neste sentido, argumenta Sennett (2019, p. 107) “as atuais condições de vida empresarial encerram muitos preconceitos contra a meia-idade, dispostos a negar o valor da experiência passada da pessoa. A cultura empresarial trata a meia-idade como avessa ao risco, no sentido do jogador”. Correr riscos envolve movimento, capacidade necessária para o neoliberalismo competitivo. Segue Sennett:

Um número recente da *Califórnia Management Review*, por exemplo, tentou explicar os aspectos positivos da juventude e os negativos da idade nas organizações flexíveis. Fez isso afirmando que os trabalhadores mais velhos têm esquemas mentais inflexíveis e são avessos ao risco, além de não terem a simples energia física necessária para enfrentar as exigências da vida no local de trabalho flexível (SENNETT, 2019, p. 110. Grifo do autor).

Com essas demandas, o público jovem passa a ser o alvo das contratações. Pouca experiência e muitas necessidades tornam os mais jovens o foco principal das empresas flexíveis, tendo em vista a capacidade de moldagem vislumbrada pela empresa, assim como a disposição para correr riscos, como revela Sennett (2019). Além dessa, outra parcela da população vem sendo de interesse das empresas flexíveis. Da mesma forma como fora citado por Antunes (2005) como resultado da nova morfologia do trabalho, Sennett (2019) verifica o aumento no número de contratações de mulheres, atribuindo a elas 50 por cento da força de trabalho nas economias desenvolvidas, motivando e sendo motivadas pelo chamado flexitempo.

Ainda que uma variedade de trabalho com tempo flexível possa chamar a atenção em relação a ter liberdade, Sennett (2019) explica que novas formas de controle foram criadas para garantir que os trabalhadores com flexitempo permaneçam intimamente ligados a seus empregadores, muitas vezes em maior proporção do que se estivessem trabalhando dentro de seus escritórios.

Na revolta contra a rotina, a aparência da nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder (SENNETT, 2019, p. 69).

Similar a Sennett (2019), Dardot e Laval (2016, p. 221) alertam em relação a ideia de liberdade vendida pela empresa neoliberal. Individualizando as metas, a empresa consegue transformar os seus anseios em objetivos pessoais dos trabalhadores, tendo acesso às suas atividades principalmente pelos resultados apresentados. “Traduziu-se em intensificação do trabalho, diminuição dos prazos e individualização dos salários”. Com isso, complementam Dardot e Laval, “vinculando remuneração a desempenho e competência, ampliou o poder da hierarquia e reduziu todas as formas coletivas de solidariedade”, o que retoma a discussão já realizada.

Assim, o gestor tenta captar as energias individuais, não de acordo com uma lógica “artista” ou “hedonista”, mas segundo um regime de autodisciplina que manipula as instâncias psíquicas de desejo e culpa. Trata-se de mobilizar a aspiração à “realização pessoal” a serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 222. Grifo do autor).

Nessa mesma linha de pensamento, Han (2015) faz referência ao desenvolvimento de um *animal laborans*, um homem voltado exclusivamente para o trabalho. Na sociedade do desempenho, a ideia de liberdade vem marcada pela incapacidade de se distanciar do trabalho. Sobre isso explica Han (2015, p. 30): “o excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade”. Por esse motivo, argumenta Han “o homem depressivo é aquele *animal laborans* que explora a si mesmo, quiçá deliberadamente, sem qualquer coação estranha. É agressor e vítima ao mesmo tempo”.

A sociedade do desempenho está totalmente dominada pelo verbo *poder*, em contraposição à sociedade da disciplina, que profere proibições e conjuga o verbo *dever*. A partir de um determinado ponto da produtividade, o dever se choca rapidamente com seus limites. É substituído pelo verbo *poder* para a elevação da produtividade. O apelo à motivação, à iniciativa e ao projeto é muito mais efetivo para a exploração do que o chicote ou as ordens. Como empreendedor de si mesmo, o sujeito de desempenho é livre, na medida em que não está submisso a outras pessoas que lhe dão ordens e o exploram; mas realmente livre ele não é, pois ele explora a si mesmo e quiçá por decisão pessoal (HAN, 2017b, p. 21. Grifo do autor.).

Esse é um dos pontos que coloca grande parte da população distante dos anseios do capitalismo moderno. Nem todos os sujeitos se encontram aptos a trabalhar com a flexibilidade e com os riscos incessáveis que se apresentam nas empresas competitivas do neoliberalismo - que buscam desvinculação com o passado (SENNETT, 2019) e que são

replanejadas a cada momento -, ou a uma autotransformação no sujeito neoliberal descrito por Dardot e Laval (2016).

Ainda quanto aos processos de individualização, deve ser considerado em uma discussão de adoecimento os resultados dessa estrutura para a saúde do trabalhador. Tendo como base as palavras de Dejours (2011) com respeito ao adoecimento relacionado ao trabalho ser, antes de tudo, uma patologia da solidão, o isolamento da classe trabalhadora não pode resultar em outra, senão em situações que levam ao sofrimento psíquico. Assim como Dejours (2011), Han (2015) faz referência ao adoecimento relacionado aos processos de trabalho na sociedade do desempenho e a vinculação com o crescimento da individualização. Para Han (2015, p. 71), “o cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualmente e isolando”.

Retomando a dimensão simbólica do trabalho, outro ponto que ganha destaque nos estudos de Dejours (2011b), é possível o resgate do entendimento de Lancman (2011, p. 42) em relação às questões de reconhecimento no e do trabalho. Lancman traz a concepção de que “o desenvolvimento da identidade e a transformação do sofrimento em prazer estão diretamente relacionados ao olhar do outro e aos mecanismos de reconhecimento decorrentes deste olhar”.

É a partir do “olhar do outro” que nos constituímos como sujeitos: é justamente na relação com o outro que nos reconhecemos em um processo de busca de semelhanças e diferenças; são as relações cotidianas que permitem a construção da identidade individual e social, a partir de trocas materiais e afetivas, fazendo com que o sujeito, ao longo de sua vida, constitua sua singularidade em meio a diferenças. Na vida adulta, o espaço de trabalho será o palco privilegiado dessas trocas (LANCMAN, 2011, p. 41. Grifo do autor).

E como garantir esse espaço de reconhecimento em uma estrutura social que converte a aproximação em perigo? Como pode ser visto, o foco do neoliberalismo salientado por Dardot e Laval (2016) e da reengenharia empresarial com seus novos modelos de organização apresentados por Antunes (2005; 2009), é o da desconstrução do outro e do prejuízo nas relações entre os seres sociais com a promoção do eu, do individual, da iniciativa pessoal, do ser ‘eu mesmo’, como coloca Han (2015), orientações íntimas ao empreendedorismo de si e da competitividade.

Contudo, deve-se atentar para o fato de que o ‘tornar-se ele mesmo’, dentro da lógica do empreendedorismo, envolve abrir mão de um espaço de atuação conforme uma demanda e passar a ter que agir de forma individual. Não há papéis a serem decorados, nem roteiros pré-

definidos, apenas a necessidade de resultado de um sujeito que deve produzir a partir de suas condições e, com isso, dar conta das obrigações impostas pelo mercado.

Trazendo para o campo do adoecimento, Han (2015, p. 26-27) alerta que “o que nos torna depressivos seria o imperativo de obedecer apenas a nós mesmos. [...] A depressão é a expressão patológica do fracasso do homem pós-moderno em ser ele mesmo”. É nesse ponto que o imperativo do desempenho persegue o sujeito e lhe confere a incumbência de suprir, agora, as próprias expectativas criadas pela idealização da expressão *Yes, we can*, ou de enfrentar as suas carências e limitações enquanto ser humano.

Nesse contexto de movimentos rápidos e contínuos em busca da competitividade, são reveladas situações de angústia frente à incapacidade do planejamento a médio e longo prazo, assim como as incapacidades de adequação. A inconstância da empresa moderna, tal qual a individualização de objetivos, não dá espaço para o adiamento da satisfação, como expõe Sennett (2019, p. 118). “A satisfação adiada perde seu valor, porém, num regime cujas instituições mudam rapidamente; torna-se absurdo trabalhar arduamente por muito tempo e para um patrão que só pensa em vender o negócio e subir”.

Tal momento do trabalho coloca o ser social em conflito com seus desejos de estabilidade e satisfação futura com o seu trabalho. O que em outros tempos era sentido como importante, como é o caso de construção de uma carreira, hoje foi destituído e deu lugar para novas formas de posicionamento no trabalho. Sennett (2019, p. 9) argumenta que “o capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro”, com isso, não se pode negar o aparecimento das angústias em relação ao futuro, a flexibilidade, os riscos e os pequenos caminhos fornecidos em cada *job* e a irrelevância das experiências desorientam os que vivem da venda de sua força de trabalho.

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível (SENNETT, 2019, P. 11).

Sennett (2019) sugere que as problemáticas que atingiam quase que exclusivamente às classes mais pobres, com a evolução neoliberal vem impondo às demais classes, principalmente à média, episódios de preocupações e sofrimentos relacionados ao trabalho. Embora os infortúnios que se aproximam da classe média estejam ligados ao fato de ter que se

adaptar aos novos projetos da empresa do neoliberalismo, não por isso deixam de ser pesados. A derrocada do que se entendia por carreira e o estabelecimento de condições de trabalho em partes, como o destacado por Sennett em seu Prefácio de *A corrosão do caráter*, tem contribuído para a sensação de fracasso dos trabalhadores. O entendimento de Sennett (2019, p. 144) acerca da relação carreira/fracasso está vinculado ao reconhecimento daquele como aspecto de constituição do caráter, algo que só pode ser realizado quando vinculado a um “esforço organizado de longo prazo”, condição que encontra dificuldades no cenário neoliberal e que constroem uma interpretação de perda de controle da própria vida.

A sensação de fracasso na presença das contrariedades observadas na empresa enxuta, citada por Antunes (2005), ou no neoliberalismo competitivo de Dardot e Laval (2016), está vinculada à perda do *status* enquanto profissional. Sennett (2019, p. 144. Grifo do autor) argumenta que “O *status* no trabalho resulta de ser mais que apenas “duas mãos”; os trabalhadores braçais, assim como os criados, nas casas vitorianas, buscavam-no usando as palavras “carreira”, “profissão” e “arte””, não sendo diferente nos trabalhadores da classe média inseridos nas novas empresas. Como pode ser visto, o *status* de uma carreira ou a identificação com uma profissão são geradores de segurança de continuidade, de possibilidades de planejamentos lineares, de vitória e controle da própria vida.

Nesta mesma perspectiva, de linearidade, ainda que Antunes (2005; 2009) perceba uma ampliação da classe trabalhadora nessa nova morfologia do trabalho, essa compreensão é relativamente recente se verificarmos quais gerações são encontradas nos postos de trabalhos, independente do modelo empresarial. Sendo assim, para não adotarmos o discurso neoliberal de adaptação imediata às novas demandas, assumindo um darwinismo de mercado, é necessário o entendimento relativo às percepções de sucesso e fracasso para os trabalhadores, ou seja, estar ou não em atividade produtiva, aquilo que lhes foi entranhado durante séculos.

Não fazer do próprio trabalho uma carreira, por mais modesto que fosse o conteúdo ou o salário, era deixar-se cair presa do senso de falta de objetivo que constitui a mais profunda experiência de incompetência [...]. Abrir essa estrada era o antídoto do fracasso pessoal.

A pessoa que consegue uma carreira define objetivos de longo prazo, padrões de comportamento profissional ou não profissional, e o senso de responsabilidade por sua conduta (SENNETT, 2019, p. 143-144).

No entendimento de Sennett (2019), as formas de como se percebe a produção, no novo capitalismo, é diferente do seu início de atuação. As características de flexibilidade, curto prazo e competitividade dificultam, se não excluem, a linearidade de uma carreira de trabalho, levando ao sentimento de fracasso, como o ocorrido no relato de Sennett a respeito

dos programadores da IBM. No caso citado, os trabalhadores chegam à conclusão de que foram expostos ao desemprego por conta das suas incapacidades de autogestão, busca constante no neoliberalismo e de seus sujeitos empresa.

Nessa direção, Dardot e Laval (2016, p. 222) conseguem identificar um novo modelo de controle sobre o trabalhador. Se nos tempos fordistas o manejo se dava pelo corpo, na empresa moderna o objetivo é a mente na construção do empreendedor, ou seja, há impactos profundos nas novas formas de subjetivação. A respeito disso, explicam que “esse controle da subjetividade somente é operado de maneira eficaz dentro de um contexto de mercado de trabalho flexível, em que a ameaça do desemprego está no horizonte do assalariado”. Com essa perspectiva, o sujeito é compelido a administrar sua vida no sentido de manter sua empregabilidade.

Por fim, importa destacar que a implantação dos moldes neoliberais de gestão, assim como os ideais de organização do Estado que conferem prejuízos imediatos à toda a classe trabalhadora, não são resultado exclusivo dos grandes defensores dessa racionalidade, mas também, como indicam Dardot e Laval (2016), da subserviência dos que se colocam contrários a essa evolução neoliberal na tomada de decisões políticas - no discurso, mas que fazem uso de suas ideias, como é o caso da construção de políticas educacionais desenvolvidas durante governos críticos das ações do neoliberalismo, pautadas em discursos de gestão e eficiência, questão que será discutida a seguir.

### **3.3 Políticas educacionais, sociedade e adoecimento docente**

Em grande parte dos estudos que avançam sobre as políticas educacionais, como os utilizados aqui, os caminhos percorridos são os de discussões quanto ao espaço educacional e as influências sofridas, mas em relação ao resultado disso no seu ‘produto final’, o estudante. Não é amplo o rol de espaços que compõem relações quanto às consequências dessas mesmas políticas nos principais operadores, os professores. De que forma, e a partir do que, as políticas educacionais se manifestam nos professores? Até que ponto essas mesmas políticas estão vinculadas ao modelo socioeconômico dominante? Estariam, os norteadores da educação, próximos daquilo que vem sendo evidenciado como engenharia adoecedora do trabalho? Para que seja possível esboçar hipóteses para as questões levantadas, ainda que de forma breve, será necessário adentrar no conceito de política educacional e suas funções, assim como verificar quais os fatores que influenciam em sua gênese.

Considerando que as políticas educacionais fazem parte do rol de políticas públicas, é possível identificá-las como ações do Estado direcionadas para determinado fim no campo da educação. É o Estado agindo no sentido de normatização e organização da esfera educativa.

Essas políticas, de modo implícito ou explícito, figuram em documentos oficiais, repercutindo nas ações da rede de ensino brasileira e desdobrando-se em programas, projetos, diretrizes, planos, que se constituem em normas para referenciar e, frequentemente, dirigir políticas das secretarias de educação, órgãos intermediários e subsecretarias, até chegar às escolas, professores, pais. Para isso, a rede de ensino se serve de circulares, ofícios, memorandos, cursos de formação, orientações, etc. (SILVA, 2014, p. 50).

É por meio da legislação e regulamentações que os sujeitos que atuam nas escolas entram em contato com as políticas educacionais e verificam sua validade e possibilidade de implementação efetiva. Silva (2014) chama a atenção para o fato de que são esses encontros com as políticas educacionais que tornam possível a ocorrência de mudanças nessas mesmas políticas, principalmente durante as práticas cotidianas. É nesse movimento rotineiro que as políticas públicas repercutem na sociedade e se retroalimentam.

A partir desta base, é possível compreender que as políticas educacionais estão fortemente vinculadas às demandas advindas da sociedade por meio dos atores envolvidos nas tomadas de decisões. Assim, importa destacar que essas mesmas tomadas de decisões se encontram vinculadas às disputas inerentes ao processo social.

De certa forma, as políticas públicas educacionais representavam um dos espaços de maior autonomia para os Estados. Conforme explica Afonso (2001), as decisões, ainda que construídas apoiadas em discussões entre classes e movimentos sociais, abrigavam uma ideia de liberdade quanto às ações do Estado. No entanto, os avanços do capitalismo moderno e do neoliberalismo, firmados pelos processos de globalização e transnacionalização, o papel do Estado vem sendo modificado e a sua autonomia relativa (AFONSO, 2001) vem reduzindo.

Afonso (2001), ao discutir a construção da cidadania, retrata aspectos da crise do Estado e o quanto os citados processos de globalização e transnacionalização têm influenciado na sua construção e organização. Outro ponto apresentado por Afonso diz respeito à permeabilidade do Estado aos interesses das classes dominantes e organizações internacionais. Neste sentido, somos remetidos ao fato de ser, a escola, um dos lugares de exercício do que se chama de violência simbólica, por meio da imposição da cultura e do desenvolvimento de uma socialização pautada em valores hegemônicos.

Seguindo essa linha de pensamento, ainda que a construção das políticas educacionais sejam decisão do Estado, importa clarear que essas mesmas políticas sofrem influências e

pressões externas, pautadas nas exigências da sociedade civil, de quem se mantém próximo do poder político, assim como de organizações internacionais, entusiastas de um modelo de Estado reduzido e cada vez menos autônomo em suas decisões.

Ainda em 2001, Afonso fazia apontamentos sobre as pressões de um novo modelo de Estado na educação. Um dos pontos destacados refere-se à adoção de avaliações externas ao ensino básico. Afonso (2001) verifica um sistema que promove a competição por meio de resultados quantitativos que em nada se aproximam das realidades de ensino, mas que se direcionam para a implementação de procedimentos de mercado nos espaços públicos escolares, não distantes do que vem sendo discutido por Antunes (2005; 2009) e Dardot e Laval (2016). A adoção de um paradigma de mercado pode direcionar para uma atenção às demandas do tecido produtivo, ou ainda, como chama a atenção Afonso (2001, p. 28), “pela contribuição da educação para a reprodução de mão-de-obra especializada”.

Com base no que foi trabalhado, alguns questionamentos podem ser levantados. Até que ponto as políticas de formação de professores estão respaldadas nessa realidade evidenciada, ou seja, a formação dos professores tem contribuído para a atividade docente em um contexto que exige reprodução de mão-de-obra especializada? Nesse ponto é possível encontrar as discussões de Dardot e Laval (2016) no que se refere à construção do sujeito neoliberal.

Em atenção ao que é indispensável ao ser social em meio à condição imposta pelo neoliberalismo, o sujeito professor é posto à prova no momento em que entra em contato com as exigências da realidade social e percebe a contradição entre a sua formação inicial e as atividades que lhe compete realizar. Nesse momento, o professor se constitui enquanto sujeito neoliberal e assume a sua exclusiva responsabilidade pela empregabilidade, colocando-se como o sujeito do *yes, we can*, destacado por Han (2015), assumindo a postura da máquina incansável do neoliberalismo ou sente as dores do fracasso, apontado por Sennett (2019), pela suposta incapacidade e limitações.

No que se refere às políticas educacionais, os registros dados por essas regras pouco pensam o trabalho docente em toda sua dimensão. São organizadas diretrizes com vistas a um resultado, como no caso da resolução CNE/CP N° 1, de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (BRASIL, 2006). Neste documento, assim como em outros que poderiam ser utilizados, como exemplo da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), nos quais é possível encontrar direcionamentos para a formação e atuação de profissionais da educação, sem que ocorra algum respaldo para esses marcos legais. Com isso, não se consegue diferenciar das

exigências ocorridas na empresa enxuta de Antunes (2005) ou nas reengenharias evidenciadas por Sennett (2019).

O enfoque proposto, aqui, é de uma analogia entre as condições de trabalho do professor e as que são características dos demais trabalhadores. As propostas que trazem a precarização ao trabalhador fabril, terceirizado, individualizado, são as mesmas que embasam as concepções de políticas educacionais e que refletem nas condições de trabalho e de vida dos professores. A concorrência provocada pelo neoliberalismo descrito por Dardot e Laval (2016) tem espaço no meio escolar. As dificuldades por conta dos baixos salários e o desemprego latente, como descrito por Antunes (2005; 2009; 2018), fazem parte do dia-a-dia docente que amplia sua carga horária de trabalho na busca por melhor remuneração. O adoecimento diagnosticado por Dejours (2011) e Han (2015) ocorre, também, nos profissionais da educação, sendo, este último, o ponto que será explorado no próximo capítulo.

## **4 A REALIDADE DO ADOECIMENTO DO PROFESSOR: CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE**

A condição de trabalho do professor é tema que tem sido desenvolvido por autores como Nóvoa (1999), Saviani (2011), Tardif (2013), Cericato (2016), entre outros, e se vincula especificamente ao modelo de profissionalização que vem sendo idealizado ao longo dos anos, servindo de base para que possamos compreender a realidade da atividade docente e seus vínculos enquanto agentes que sofrem interferências das práticas e circunstâncias sociais.

Neste capítulo os olhares se voltam para a realidade da profissão professor, a partir dos autores citados, e dos professores da rede pública de educação do município pesquisado. O intuito é a construção de relações entre a conjuntura encontrada nos capítulos anteriores, as circunstâncias que cercam a atividade docente, os professores da rede pública e o adoecimento destes. Para tanto, foram utilizados dados do setor responsável pelo recebimento, análise e intervenção nos casos de afastamentos de professores da rede pública municipal. São documentos que evidenciam as características dos afastamentos, condições de trabalho, saúde e adoecimento docente. Para tanto, foram utilizados documentos que revelam informações sobre afastamentos de professores ocorridos no ano de 2017, retirados do sistema interno de administração de recursos humanos, dados referentes ao recadastramento de servidores ocorrido entre os anos de 2016 e 2017 e que contribuem para a compreensão das realidades, e indicadores divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP.

### **4.1 A profissão professor: uma área em construção**

Para que se consiga trilhar o campo da docência é importante compreender o que envolve o trabalho do professor. Saviani (2011, p. 12) enquadra a educação como sendo da categoria de trabalho não material. Para Saviani essa categoria envolve a “[...] produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana”. Saviani faz referência, ainda, ao fato de ser a atividade de ensino um trabalho no qual o produto está sendo consumido no mesmo tempo em que está sendo produzido. O ato de consumo e produção não se separam, peculiaridade do trabalho do professor.

Em um breve resgate histórico, é possível verificar que a atividade docente surge no âmbito religioso, marcada por uma construção realizada por congregações que buscam apurar novas técnicas e saberes para a profissão (NÓVOA, 1999). Nesse momento, explica Tardif (2013), a escola é tutelada pelas igrejas protestantes e católicas e, por consequência, ser professor é uma profissão de fé, que possui como característica ser o resultado de uma vocação.

Considerando a concepção de ensino como vocação, as condições de trabalho na época estavam ligadas ao processo de religiosidade e, com isso, questões como salário e organização das atividades eram deixadas de lado, focando na obrigação do fazer docente, independente das disposições materiais dos responsáveis pelo ensino. “Enfim, a idade da vocação se caracterizava pela baixa autonomia das professoras que estavam sujeitas a várias formas de controle externas [...]. Portanto, a proteção de que dispunham era fraca” (TARDIF, 2013, p. 556).

Em outro momento, o ensino passa a receber os olhares do Estado e a nova organização da educação lhe confere certa distância e independência em relação à Igreja, levando o professor a submeter-se ao Estado, como pode ser visto em Nóvoa (1999). Com essa diferenciação, a relação do professor com o trabalho docente se afasta do vínculo vocacional e ganha ares de contrato de trabalho e com seguranças salariais, embora a concorrência com seus pares religiosos degradem, de início, seus ganhos materiais. Conforme explica Tardif (2013), com a relação de trabalho com o Estado, situação que se inicia ainda no Séc. XVII, com o aparecimento das escolas públicas, e que se concretiza após a segunda Grande Guerra, o corpo docente passa a ter garantias a longo prazo, como estabilidade e aposentadoria.

Seguindo uma ordem proposta por Tardif (2013), na qual expõe três idades do ensino, durante o século XX há um direcionamento para a profissionalização do professor. Com as exigências de uma formação universitária para a atividade docente, o ensino se aproxima das demais profissões que requerem o uso de um conhecimento especializado e, com isso, atende uma das condições para a profissionalização, conforme o modelo adotado. Nesta perspectiva,

Os professores utilizam sistematicamente dois argumentos em defesa das suas reivindicações socioprofissionais: o carácter especializado da sua acção educativa e a realização de um trabalho da mais alta relevância social. O desenvolvimento das técnicas e dos instrumentos pedagógicos, bem como a necessidade de assegurar a reprodução das normas e dos valores próprios da profissão docente, estão na origem da institucionalização de uma *formação específica especializada e longa*.

Esta etapa decisiva do processo de profissionalização permite, por um lado, a consolidação do estatuto e da imagem dos professores e, por outro, a organização de um controlo estatal mais estrito (NÓVOA, 1999, p. 18).

É importante destacar que, sendo uma petição dos professores, a profissionalização passa a ser compreendida e reclamada, também, pelas autoridades políticas, ainda na década de 1980, na América do Norte (TARDIF, 2013). Contudo, as intenções que sustentam os argumentos para a classificação nas relações de trabalho estão assentadas em objetivos econômicos, voltados para a redução dos custos da educação para o Estado neoliberal e o aumento do desempenho docente.

Mesmo o Estado tendo demonstrado interesses na profissionalização do ensino, Cericato deixa claro que a aproximação dos professores com o Estado, ocorrida já em tempos anteriores, torna-se uma das barreiras que impede que a docência seja vista como uma profissão. Cericato (2016, p. 275) explica que “ao controlar o exercício formal da docência, o Estado atribui ao professor a condição de funcionário, privando-lhe de autonomia na regulação de sua profissão”. O distanciamento do Estado remeteria a uma organização e fiscalização realizada pelos próprios profissionais da área, assim como ocorre com outras profissões que possuem conselhos de classe, por exemplo.

Para Tardif, profissionalizar o ensino é considerar o professor como um trabalhador que passa da simples execução para a elaboração do ensino, é construir um referencial científico de conhecimento com uma aproximação da pesquisa, situação que levaria a uma valorização da profissão e melhorias das condições de trabalho. No entanto,

na maioria dos países da OCDE, o salário dos professores não aumentou desde a década de 1990, pois os aumentos salariais ficaram abaixo da inflação. O ensino permanece em grande parte um trabalho de classe média e não uma profissão aparentada às profissões liberais. Dos anos de 1980 a 2010, época em que se assiste a um processo de redução dos Estados providência, cortes orçamentários reduziram os serviços para professores. Observa-se ainda um enfraquecimento do sindicalismo entre os professores e, portanto, do poder de defesa dos mesmos. O que se traduz, em muitas sociedades, por uma vulnerabilidade significativa: atualmente, na América do Norte e na América Latina, dezenas de milhares de professores não têm empregos estáveis e permanentes (TARDIF, 2013, p. 563).

Como pode ser visto, embora as atividades dos professores sejam diferentes daquilo que compete ao operário industrial, o mesmo sistema que desqualifica e precariza o trabalho fabril invade o espaço escolar e vulnerabiliza a atividade do professor. Ainda que a busca pela profissionalização do ensino seja marcada, entre outras, pela luta por estabilidade no emprego e ganhos salariais acima da inflação, vê-se professores que “trabalham por dia, por meio dia,

ou até mesmo por aula ou por hora”, além de um aumento da intensidade do trabalho docente (TARDIF, 2013, p. 263), situação que se aproxima do que fora apontado por Antunes (2005) ao tratar da nova morfologia do trabalho. Nesse sentido, explica Tardif,

Essa intensificação é caracterizada: 1) pela obrigação dos professores de fazerem mais com menos recursos, 2) por uma diminuição do tempo gasto com os alunos, 3) pela diversificação de seus papéis (professores, psicólogos, policiais, pais, motivadores, entre outros), 4) pela obrigação do trabalho coletivo e da participação na vida escolar, 5) pela gestão cada vez mais pesada de alunos do ensino público em dificuldade, 6) finalmente, por exigências crescentes das autoridades políticas e públicas face aos professores que devem se comportar como trabalhadores da indústria, ou seja, agir como uma mão de obra flexível, eficiente e barata (TARDIF, 2013, p. 563).

A organização que intensifica as atividades docentes é a mesma que deteriora as suas condições de trabalho. Conforme destaca Tardif (2013), o período chamado de profissionalização tem colocado o professor em situações de instabilidade e insegurança, o aproximando ainda mais dos demais trabalhadores já citados por Antunes (2005; 2009). Não por acaso, a realidade encontrada no espaço escolar se confunde com as vivências dos demais sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho. Os processos de reforma do papel do Estado podem ser vistos como vinculados à reestruturação do capital, marcado pelo advento de um modelo gerencial, que defende a redução do Estado e a consequente ampliação do modelo competitivo neoliberal, como já discutido nesta pesquisa.

Ao desenvolver a ideia da NPM<sup>5</sup>, Tardif (2013, p. 565) traz à baila o termo Gestão Baseada em Resultados. A intenção da estratégia é o de propagar certa autonomia ao sistema escolar, individualizando resultados e obrigações. “Para os professores, em particular, isso significa que agora eles serão considerados como agentes responsáveis por seus atos e avaliados com base em seus resultados [...]”. A condição proposta pela Gestão Baseada em Resultados apresenta-se de forma análoga aos processos de individualização de resultados apresentados por Dardot e Laval (2016) e Sennet (2019). Para Tardif é crescente o número de estratégias de controle sobre o trabalho do professor, seja por meio de avaliações externas ou

---

<sup>5</sup> Tardif explica a NPM ou *New Public Management* como uma ideologia “que propõe uma nova concepção do papel do Estado na gestão dos serviços públicos e especialmente do sistema escolar. Ela defende a transformação da educação pública em um quase mercado escolar regido pela concorrência entre as instituições, pela sistematização da avaliação padronizada dos componentes do sistema educativo (resultados, organizações, funcionamento, funcionários, etc.), pela definição de objetivos curriculares normatizados e comparáveis, pela defesa da livre escolha dos pais, pela autonomia das instituições escolares em um ambiente institucional descentralizado” (TARDIF, 2013, p. 564).

avaliação de competências e desempenho, a autonomia docente vem sendo reduzida pelo discurso dos avanços tecnológicos, por exemplo. Além disso,

De agência destinada a atender o interesse da população pelo acesso ao saber sistematizado, a escola passa a ser uma agência a serviço de interesses corporativistas ou clientelistas. E neutraliza-se, mais uma vez, agora por outro caminho, o seu papel no processo de democratização (SAVIANI, 2011, p. 16).

Seguindo essa linha de pensamento, Tardif (2013) chama a atenção para o fato de se depositar no professor toda a culpa pelo seu baixo desempenho nas avaliações externas. Neste modelo o professor é visto como um trabalhador preso às suas origens e fechado para novas possibilidades de desenvolvimento de suas atividades. Junto a isso, e até mesmo como seu reflexo, a docência é marcada como uma função sem prestígio social ou, como aponta Cericato (2016, p. 279. Grifo do autor), “uma ocupação “de quem não conseguiu algo melhor”, principalmente em uma sociedade em que o *status* social é estabelecido em termos de poder econômico” e a retração salarial é um dos aspectos que caracterizam as condições da atividade docente, mesmo sendo uma profissão que se apresenta como meio de mobilidade social, como revela Saviani (2011).

Como pode ser visto, ainda que suas especificidades distingam o trabalhador professor dos demais sujeitos sociais, a estrutura que lhe confere ou lhe retira condições de trabalho, *status*, autonomia e garantias econômicas e sociais é a mesma que impede que os demais membros da classe trabalhadora, como propõe Antunes (2005; 2009), se desenvolvam enquanto seres capazes de construir realidades e condições de vidas saudáveis. Estando o professor inserido na mesma estrutura neoliberal que o restante dos que vendem sua força de trabalho, cabe compreendermos, também, de que forma essa organização tem afetado a sua atividade de ensino, questão que pode ser foco de outro estudo.

#### **4.2 A realidade escolar e o adoecimento docente: o que dizem os números?**

No ano de 2017 o município pesquisado contava com 1031 professores efetivos, 93,43% mulheres e 6,57% homens, 77,06% com filhos. Os professores estão distribuídos em 71 escolas, sendo 35 de educação infantil e 36 de ensino fundamental. Do conjunto de professores, 69% deles possuíam curso de pós-graduação, sendo 51 em nível *stricto sensu*, ou seja, 44 com mestrado e sete com doutorado.

Em referência ao adoecimento docente, naquele ano foram verificados 1048 afastamentos com atestado médico, sendo 750 destes por motivo de adoecimento do próprio

servidor. Para um melhor entendimento desses números, vale destacar que os 1048 afastamentos foram solicitados por 405 profissionais docentes, sendo 216 do ensino fundamental e 189 da educação infantil. Complementando, 227 professores solicitaram mais que um afastamento com atestado médico naquele ano, sendo 111 do ensino fundamental e 116 da educação infantil.

No ensino fundamental, todas as 36 escolas tiveram afastamento de servidores com atestado médico no ano de 2017. Quatro escolas tiveram mais de 10 professores afastados, 14 escolas tiveram entre 6 e 10 afastados e em 18 escolas até 5 professores solicitaram licença. A escola com maior número de professores afastados teve 14 docentes em licença e a que teve o menor número teve 1 professor em licença. Na educação infantil, das 35 escolas existentes em 2017, assim como ocorreu com o ensino fundamental, todas tiveram professores afastados. A escola que mais apresentou afastamentos teve 14 docentes em licença no ano de 2017, conforme pode ser visto nas Tabelas 1 e 4. Como já exposto em outro momento, as principais causas de afastamento de professores são doenças do aparelho respiratório, osteomusculares e do tecido conjuntivo e transtornos mentais e comportamentais, conforme Classificação Internacional de Doenças e problemas relacionados à saúde - CID 10.

Em relação ao tempo de trabalho, entre os afastados, foi possível verificar professores com admissão entre os anos de 1982 e 2017. No ensino fundamental o maior número de professores que solicitaram afastamento por motivo de saúde ocorreu com os admitidos nos anos 2004, 2007 e 2012, sendo 57, 21 e 20, respectivamente. Na educação infantil o maior número de afastamento ocorreu com professores que ingressaram em 2012, 2006 e 2016, com 65, 24 e 16.

Embora seja possível identificar um considerável número de afastamentos ocorridos com professores que possuíam, em 2017, 20 anos ou mais de atuação no ensino público municipal, sendo 58 entre educação infantil e ensino fundamental, a maioria das licenças ocorreram com professores com até 10 anos de carreira no município. Tal dado nos revela que o tempo de atuação enquanto professor não é por si só determinante para o adoecimento docente.

No que se refere à sobrecarga de trabalho, no recadastramento de servidores realizado pelo município entre os anos de 2016 e 2017, 36,64% dos 715 professores participantes possuíam outro vínculo empregatício além do município. Conforme os dados, o principal motivo para a ampliação da carga horária de trabalho era a necessidade de complementação salarial. Ainda, é possível verificar que dos 715 professores que participaram do recadastramento, 108 possuíam uma segunda matrícula com o município ou atuavam com

regime especial, situação que possibilita ao professor dobrar sua carga horária como forma de substituição de outro professor, o que nos leva a 108 professores trabalhando 40 horas semanais na docência, uma vez que os contratos para o ensino fundamental são de 20 horas e na educação infantil 30 horas.

É importante destacar que, entre os 108 professores que possuíam uma segunda matrícula, 28 deles fazem parte dos que apresentavam vínculo empregatício com outra empresa ou instituição, sendo as escolas estaduais o ponto de maior convergência. Neste caso, são 28 professores que, além das 40 horas de trabalho semanal com o município, dedicam-se à outra instituição em horário inverso, superando as 40 horas/semana. Sobre o uso do tempo de trabalho, os dados indicam que todos os professores informaram que o planejamento das aulas não se encerrava no espaço escolar, sendo necessário sua extensão para o tempo que seria de descanso, embora a Lei Complementar 204/2008, Art. 22, promovesse a hora-atividade para o cargo de professor, e descreve que, segundo o parágrafo único,

As horas-atividade corresponderão a vinte por cento do total da jornada semanal e serão destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, a reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da escola (LC 204, 2008b).

Sobre o adoecimento, 49,09% dos 715 professores que passaram pelo recadastramento nos anos de 2016 e 2017 já haviam se afastado do trabalho por motivo de doença. Temos aqui um dado de que quase metade dos profissionais docentes já tiveram que se ausentar de suas atividades por situação de adoecimento. Ainda que possamos analisar essa situação ao longo dos anos, se fizermos um comparativo com a realidade encontrada no ano de 2017, percebe-se a grandiosidade desses números. Além disso, desses 351 professores que já se afastaram por motivo de doença, 147 apontaram que seus afastamentos tiveram relação com o trabalho.

Os dados do recadastramento revelam que 112 professores tiveram que se afastar do trabalho por estresse<sup>6</sup> em algum momento da sua carreira e, dentro dessa informação, o material demonstra que 76 docentes que revelam encontrar relação entre trabalho e adoecimento fazem parte do grupo que já se afastou por estresse. Os dados expõem, ainda,

---

<sup>6</sup> É importante destacar que a expressão estresse é utilizada pelo público como referência para diversas situações ou disfunções do estado mental, como ansiedades e episódios depressivos. Trazendo uma ideia sobre o conceito, o estresse é tido como uma reação natural corporal frente a situações de perigo ou ameaça. Com esse alerta, o organismo reage para lidar com situações novas e necessidades de adaptações. Contudo, a exposição constante a situações estressantes pode levar a condições patológicas. A organização Mundial da Saúde (2002) identifica que o contato continuado a condições de estresse está relacionada à suscetibilidade a outras doenças, como resfriados e a não cicatrização de feridas, por exemplo.

que do grupo de professores dos quais tratam os dados de recadastramento, 411 já buscaram atendimento psiquiátrico ou psicológico por algum motivo.

Com o objetivo de ampliar a compreensão da realidade da rede municipal estudada, buscaram-se informações relativas ao município no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, onde foi possível encontrar dados separados em sete categorias: Complexidade da Gestão Escolar; Prática Pedagógica Inclusiva; Infraestrutura básica; Espaços de aprendizagem e equipamentos; Organização; Participação no SAEB; e Indicador de desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Os dados publicados no portal são sobre o ensino fundamental e não incluem a educação infantil, mas possibilitam uma visão ampla das realidades de cada escola no ano de 2017.

Para que pudéssemos nos manter dentro do que propomos como objetivo da pesquisa, foram combinados dados referentes às categorias Complexidade da Gestão Escolar, Prática Pedagógica Inclusiva e Organização. Os dados retirados do primeiro indicador Complexidade da Gestão Escolar, possibilitam verificar números representativos do tamanho da escola, como número de docentes, indicador de nível socioeconômico e número de auxiliares/monitores/tradutores de libras disponíveis na escola. Em Prática Pedagógica Inclusiva foram disponibilizados número de alunos incluídos e de docentes com formação continuada em educação especial. Quanto à Organização, foram trabalhados dados, como Indicador do esforço docente nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, média de alunos por turma e, por fim, mas não menos importante, Indicador de adequação da formação docente.

Para a apresentação dos dados foram organizadas as Tabelas 1, 2, 3 e 4, sendo as 1, 2 e 3 referentes ao ensino fundamental e a 4 relativa à educação infantil. A disponibilização dos dados leva em consideração a elaboração de três categorias que compõem os caminhos traçados para a análise dos dados, sendo elas: Realidade das escolas; Intensidade do trabalho docente; e Adequação ao trabalho.

Com vistas a garantir o anonimato dos professores que fazem parte do grupo estudado, os dados são trabalhados sempre de forma geral. As escolas de ensino fundamental são numeradas de 1 a 36 e as escolas da educação infantil numeradas de 37 a 71, conforme segue.

**Tabela 1:** Indicadores da realidade das escolas Ensino Fundamental

Escola	N. de prof.	N. de afastamentos	Prof. com mais de 1 afastamento	Nível socioeconômico
--------	-------------	--------------------	---------------------------------	----------------------

1	15	2	<b>1</b>	4
2	12	3	<b>2</b>	5
3	22	<b>8</b>	<b>6</b>	5
4	24	4	<b>2</b>	-
5	17	7	<b>5</b>	-
6	16	5	<b>4</b>	3
7	23	<b>12</b>	<b>9</b>	-
8	14	4	<b>3</b>	-
9	9	<b>3</b>	1	3
10	36	9	3	4
11	14	3	0	4
12	23	6	1	3
13	24	<b>12</b>	<b>8</b>	4
14	16	<b>6</b>	<b>5</b>	-
15	26	<b>11</b>	7	3
16	13	<b>5</b>	2	-
17	14	4	<b>2</b>	3
18	15	3	<b>2</b>	5
19	31	7	1	3
20	15	<b>6</b>	2	-
21	13	4	<b>2</b>	3
22	12	<b>4</b>	1	-
23	-	3	<b>3</b>	-
24	-	3	1	-
25	20	<b>9</b>	2	5
26	20	5	2	4
27	-	3	1	-
28	14	<b>6</b>	<b>4</b>	-

*Continuação de Tabela 1: Indicadores da realidade das escolas Ensino Fundamental*

Escola	N. de prof.	N. de afastamentos	Prof. com mais de 1 afastamento	Nível socioeconômico
29	14	4	<b>3</b>	3

30	15	1	0	4
31	26	7	4	5
32	-	<b>14</b>	<b>10</b>	-
33	22	6	3	4
34	26	8	4	5
35	26	9	2	5
36	22	8	3	5

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados apresentados na Tabela 1 nos dão uma visão geral do número de afastamentos de professores por escola, além do montante de professores que se afastaram mais de uma vez no ano de 2017. Quanto ao número de afastamentos, considerando a quantidade de professores lotados nas escolas, 15 das 36 escolas tiveram 30% ou mais de seu corpo docente afastado no ano de referência. Além disso, das mesmas 36 escolas, 21 delas evidenciaram que 50% ou mais dos seus professores afastados se afastaram duas vezes ou mais no mesmo ano.

A rede conta com um dispositivo legal que trata de limitações de atividades de servidores que possuam alguma condição que limite suas atividades temporariamente ou definitivamente. De um modo geral, ainda que o período contabilizado seja superior ao ano base para a pesquisa, importa destacar que a rede possui trinta processos de limitação de atividades de professores em andamento no momento do contato com os dados, em sua maioria por questões osteomusculares ou psíquicas. Segundo a legislação que a estabelece, Lei complementar 203/2008, esses processos dão direito ao servidor a manter-se em atividade de trabalho desde que sejam respeitadas as suas condições limitantes (LC 203, 2008).

Ainda no que se refere à realidade escolar, o portal do INEP apresenta o Indicador de nível socioeconômico e divulga apenas 8 escolas como classificadas no Grupo 3, tendo em vista que o indicador varia de 1 a 6, onde as escolas consideradas no Grupo 1 representam locais com alunos de baixo nível socioeconômico e 6 de alto nível socioeconômico, tendo como base de análise a posse de bens domésticos, renda e contratação de serviços pela família do aluno. É importante destacar que algumas escolas não possuem a informação sobre o Indicador no portal do INEP.

Na Tabela 2 são apresentados os dados relativos à intensidade do trabalho docente no ensino fundamental. Nesse espaço são encontrados características escolares que aclaram pontos específicos das condições de trabalho dos professores, como número de

auxiliares/monitores/intérpretes de libras, número de alunos incluídos, número de professores com qualificação para educação especial, média de alunos por turma e o Indicador de esforço docente, que demonstra, por escola, a porcentagem de professores cujo esforço para o exercício da profissão é considerado elevado. Conforme o INEP (BRASIL, 2020), os professores apontados com esforço elevado são aqueles que atendem mais de 300 alunos, quando nos anos iniciais, e 400 alunos quando nos anos finais do ensino fundamental, trabalham nos três turnos, em mais de uma etapa e em duas ou mais escolas.

**Tabela 2:** Intensidade do trabalho docente Ensino Fundamental

Escola	N. de aux./monit/libras	N. de incluídos	N. de prof. qualif. ed. especial	Média de alunos anos iniciais	Média de alunos anos finais	Esforço docente anos iniciais	Esforço docente anos finais
1	5	17	2	20,2	18	0	0
2	0	13	0	18,8	18,5	0	0
3	1	27	1	23,4	21,7	6,7	0
4	1	-	-	-	-	-	-
5	-	-	-	-	-	-	-
6	2	22	1	22,3	19,8	8,3	0
7	-	-	-	-	-	-	-
8	0	16	0	17,2	15,5	0	0
9	0	5	1	20,9	-	11,1	0
10	4	53	4	21,7	22	10,6	10
11	0	31	0	21,4	22,5	12,5	11,1

*Continuação de Tabela 2: Intensidade do trabalho docente Ensino Fundamental*

Escola	N. de aux./monit/libras	N. de incluídos	N. de prof. qualif. ed. especial	Média de alunos anos iniciais	Média de alunos anos finais	Esforço docente anos iniciais	Esforço docente anos finais
12	2	30	2	21,6	18,3	15,4	15,4
13	2	25	2	21,8	21,7	23,6	7,7

14	-	-	-	-	-	-	-
15	1	26	2	21,1	21,1	16,7	0
16	4	15	0	23	18	0	0
17	6	24	2	20,6	24	10	11,1
18	6	18	0	21,4	21	0	0
19	3	27	2	24,1	29,6	21,1	11,8
20	-	-	-	-	-	-	-
21	0	27	0	22,8	22,6	0	0
22	2	10	1	14,4	15,3	0	0
23	-	-	-	-	-	-	-
24	-	-	-	-	-	-	-
25	0	12	0	25,4	26,8	10	18,2
26	2	31	1	24	23,6	0	0
27	-	-	-	-	-	-	-
28	2	21	0	16,8	17,3	0	0
29	2	19	1	19,4	16,8	0	0
30	0	17	0	21,2	14,8	0	0
31	0	17	0	22,7	23,1	11,8	5,9
32	-	-	-	-	-	-	-
33	4	25	0	24,1	23,6	0	7,7
34	8	32	0	21,7	25	17,7	7,1
35	5	31	1	23,4	20,2	0	6,7
36	2	13	3	23,8	23,3	0	7,7

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados da Tabela 2 revelam que todas as 36 escolas de ensino fundamental da rede pesquisada não contam com um número significativo de profissionais responsáveis pelo auxílio aos professores nos casos de trabalhos com alunos incluídos. De 36 escolas, oito delas não possuem qualquer profissional que represente a denominação de auxiliar, monitor ou intérprete de libras. Tal dado precisa ser avaliado em relação ao número de alunos incluídos, público encontrado em 100% das escolas. Além disso, as informações obtidas apresentam o reduzido número de professores com qualificação para o trabalho com educação especial.

Dentro desse aspecto da realidade, verificou-se que no ano base a média de alunos por turma era de 21 nos anos iniciais e 20 nos anos finais do ensino fundamental.

Quanto ao Indicador de esforço docente, 11 escolas apresentam 10% ou mais de seus professores com elevado esforço para o exercício da profissão. Já nos anos finais são seis escolas com a porcentagem acima de 10 e seis escolas com indicadores entre 5 e 9 por cento dos professores.

A Tabela 3 apresenta um dos pontos que mais chama a atenção em relação ao trabalho docente. O indicador de adequação da formação docente no ensino fundamental é, de acordo com o INEP (BRASIL, 2020), a “classificação dos docentes segundo a adequação de sua formação inicial à disciplina e etapa de atuação na educação básica, com vistas a avaliar o cumprimento das orientações legais” e é organizado em cinco perfis de regência de disciplina distribuídos de 1 a 5, onde 1 - representa docentes com licenciatura ou bacharelado com formação complementar, na mesma disciplina que lecionam; 2 - docentes com bacharelado na disciplina, mas sem complementação ou licenciatura; 3 - docentes licenciados ou com bacharelado e complementação pedagógica em área diferente da que leciona; 4 - docentes com formação superior diversa das anteriores; e 5 - docentes sem curso superior.

**Tabela 3:** Indicador de adequação da formação docente Ensino Fundamental

Escola	(%) Adequação docente anos iniciais grupo 3	(%) Adequação docente anos iniciais grupo 5	(%) Adequação docente anos finais grupo 3	(%) Adequação docente anos finais grupo 5
1	14,6	0	12,5	0
2	14,9	0	27,8	0
3	8,7	0	38,1	0
4	-	-	-	-

*Continuação de Tabela 3: Indicador de adequação da formação docente Ensino Fundamental*

Escola	(%) Adequação docente anos iniciais grupo 3	(%) Adequação docente anos iniciais grupo 5	(%) Adequação docente anos finais grupo 3	(%) Adequação docente anos finais grupo 5
5	-	-	-	-
6	24,1	14,8	55,6	0
7	-	-	-	-
8	0	17,8	36,1	0
9	32,8	0	0	0
10	22,6	0	23,9	0
11	35	0	22,2	0
12	17,5	0	14,3	0
13	26,2	0	37	0
14	-	-	-	-
15	6,7	7,7	36,5	0
16	17,5	0	36,1	0
17	37,5	0	44,4	0
18	17,1	0	13,3	4,5
19	29,4	6,7	47,8	0
20	-	-	-	-
21	12,5	0	31,1	0
22	31,1	0	13,9	0
23	-	-	-	-
24	-	-	-	-
25	8,7	0	22,2	0
26	50,9	0	13,9	0
27	-	-	-	-
28	15	0	35,1	0
29	0	0	27,5	0
30	0	0	37	0
31	50	0	26,4	0
32	-	-	-	-

*Continuação de Tabela 3: Indicador de adequação da formação docente Ensino Fundamental*

Escola	(%) Adequação docente anos iniciais grupo 3	(%) Adequação docente anos iniciais grupo 5	(%) Adequação docente anos finais grupo 3	(%) Adequação docente anos finais grupo 5
33	26,3	0	23,6	5,5
34	24,4	8,6	34,4	0
35	8,9	0	22,2	0
36	19,4	0	18,5	0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para a utilização nesta pesquisa foram considerados os números que fazem referência aos grupos 3 e 5, uma vez que representam a porcentagem de docentes com formação diferente da disciplina com a qual trabalham. Neste sentido, a Tabela 3 revela um grande número de professores com formação diversa do seu trabalho, chegando a 12 escolas com índices superiores a 20% no grupo 3, tendo duas escolas com porcentagem igual ou superior a 50% dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental. Quanto ao grupo 5, que trata de professores sem formação superior, 5 escolas possuem dados acima de zero, chegando a 17,8% nos anos iniciais de uma das escolas.

Quando voltamos os olhares para os dados dos anos finais do ensino fundamental, o portal do INEP aponta 15 escolas com indicadores acima de 25% do grupo de professores como pertencentes ao grupo 3, docentes com formação em área diferente da que leciona, sendo três com porcentagens superiores a 44%, chegando a 55,5% em uma das escolas. Ainda nos anos finais do ensino superior é possível verificar duas escolas com 4,5% e 5,5% dos docentes sem formação superior, característica do grupo 5.

Em relação à educação infantil, os dados apresentados são os que são encontrados no sistema de administração de recursos humanos do município. Para a apresentação dos dados da educação infantil (Tabela 4), cada escola recebeu um número iniciando em 37, garantindo a diferenciação da numeração utilizada para as escolas do ensino fundamental.

Para a educação infantil foram disponibilizados dados sobre o número de afastamentos de professores por escola, assim como o número de professores que solicitaram mais de um afastamento no ano de 2017. Quanto às condições e realidades das escolas, foram encontrados dados quanto ao número de professores e de assistentes de educação infantil de cada uma das 35 escolas da rede pesquisada.

**Tabela 4:** Realidade e intensidade do trabalho na Educação Infantil

Escola	N. de professores	N. de As. Educação infantil	N. de afastamentos	Prof. com mais de 1 afastamento
37	6	1	<b>3</b>	2
38	11	2	5	3
39	14	4	4	0
40	10	2	2	0
41	-	-	4	2
42	7	1	<b>6</b>	3
43	11	3	5	4
44	2	1	<b>1</b>	1
45	13	5	<b>11</b>	8
46	8	2	<b>4</b>	3
47	11	3	<b>9</b>	5
48	13	4	<b>8</b>	7
49	12	3	<b>8</b>	5
50	7	2	2	0
51	8	2	2	0
52	9	2	3	3
53	12	3	3	0
54	9	3	<b>6</b>	6
55	9	3	<b>6</b>	5
56	15	4	<b>8</b>	6
57	9	3	<b>6</b>	4
58	-	-	2	1
59	8	2	2	1
60	11	3	3	2
61	6	2	<b>3</b>	2

*Continuação Tabela 4: Realidade e intensidade do trabalho na Educação Infantil*

Escola	N. de professores	N. de As. Educação infantil	N. de afastamentos	Prof. com mais de 1 afastamento
62	8	2	<b>8</b>	6
63	8	2	<b>6</b>	2
64	15	3	<b>14</b>	9
65	7	1	<b>4</b>	3
66	15	4	<b>11</b>	4
67	13	6	<b>7</b>	6
68	9	2	<b>8</b>	5
69	6	2	<b>5</b>	4
70	7	2	<b>6</b>	2
71	9	2	3	2

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao verificarmos a Tabela 4, são encontrados dados que indicam 22 das 35 escolas com 50% ou mais de seus professores com solicitações de afastamentos no ano de 2017. Das 22 escolas citadas, 9 delas tiveram mais de 75% de professores com afastamento no ano base e, numa delas, o índice chegou a 100%. Quanto à reincidência, os dados demonstram que em 27 escolas o número de professores que se afastou por mais de uma vez superou 50% dos que tiveram licença concedida. Em três escolas todos os professores se afastaram mais de uma vez no ano de 2017.

O outro ponto trabalhado pela Tabela 4 diz respeito ao número de assistentes de educação infantil que, como descrito na Lei Complementar nº 103/2002 têm como atribuições:

Assessorar os professores de educação infantil; auxiliar a direção na recepção e atendimento dos pais ou responsáveis e demais pessoas que procurarem a escola; recepcionar e entregar crianças aos pais e responsáveis; cuidar da higiene das crianças, realizando atividades tais como: lavar as mãos, escovar dentes, trocar fraldas, dar banho, cortar unhas, limpar orelhas, acompanhar as crianças ao banheiro; servir desjejum, almoço e lanche nos horários preestabelecidos; encaminhar as crianças ao Médico Pediatra (LC 103, 2002).

Com esses dados, é possível identificar que a maioria das escolas possui número inferior de assistentes de educação infantil quando comparado à quantidade de professores. Quatro das 35 escolas contam com apenas 1 assistente de educação infantil e 14 escolas têm em seu quadro 2 profissionais da área. As escolas de educação infantil possuem uma média de

9 professores e, em contrapartida, a média de assistentes de educação infantil é de 2,4 por escola, fator que, na relação com os demais dados, será analisado no próximo tópico.

### **4.3 Discussão e análise dos dados**

Com vistas ao objetivo proposto de avaliar de que forma a reestruturação do capitalismo contribui para o adoecimento de professores, a análise dos dados verifica a possibilidade de aproximar as informações constantes nos documentos disponibilizados pela rede municipal pesquisada e os apontamentos propostos pela pesquisa bibliográfica que descreve o novo mundo do trabalho, baseado nos moldes neoliberais de organização.

Nesta perspectiva, cabe avaliar a situação encontrada na rede municipal de educação que revela o afastamento de 30% ou mais dos professores de 15 das 36 escolas de ensino fundamental. Se de forma isolada esse dado nos remete a uma situação grave de adoecimento, quando pensado de forma conjunta com os seus reflexos evidenciam-se novos acontecimentos nos espaços escolares.

Inicialmente, chama a atenção o fato de que para cada professor afastado no ensino fundamental ou educação infantil, independente do número de dias, ocorre a falta de um profissional e é gerada uma demanda imediata por outro professor, temos a situação emergencial onde um professor deverá cobrir esse afastamento, assumindo temporariamente um número maior de atividades. De acordo com os dados concedidos pelo município, a substituição de um professor, por outro que assumirá a posição, só ocorre quando o afastamento é superior a 30 dias. Nos casos onde o afastamento é inferior a 30 dias o próprio grupo escolar deve providenciar formas de organização, o que acaba sobrecarregando outro profissional que já atua na escola.

Por conseguinte, o próprio adoecimento se revela como objeto de julgamentos entre os trabalhadores. Nas relações escolares, os atendimentos de professores refletem a dificuldade de se elaborar estratégias defensivas contra o sofrimento, nos moldes indicados por Dejours (2011). Não distante disso, o isolamento e a oposição à coletividade transparecem em casos denominados de limitações de atividades, circunstâncias em que o trabalhador necessita de um período em atividades que contemplem seu estado de recuperação após um agravo em sua saúde. Nesses casos, não é incomum a ocorrência de conflitos entre trabalhadores ou negações quanto à real necessidade do trabalhador limitado. O desgaste nas relações aparece, justamente, por conta da precarização do trabalho e do esforço dispendido na hora de

contribuir com o colega, uma vez que o adoecimento de um é sinônimo de aumento de trabalho para outro.

A substituição de um professor possui ainda outros reflexos. Uma vez que a legislação impede a contratação emergencial sem o devido processo de seleção, a possibilidade da convocação para regime especial acaba sendo utilizada. Conforme descrito na Lei n. 1733/1976, que estabelece o Estatuto e Carreira do Magistério Municipal, o *caput* do Art. 107, diz que:

Sempre que as necessidades do ensino o exigirem, poderá o Prefeito Municipal, por proposta do Secretário de Educação, convocar o professor ou especialista de educação para prestar serviço em regime especial de trabalho, nos termos do artigo 37, inciso XVI, alínea "a" e "b" da Constituição Federal (LEI 1733, 1976).

Para o reconhecimento do que é o regime especial, o parágrafo primeiro do referido artigo o traduz como “§ 1º [...], a convocação do professor ou especialista de educação para exercer jornada de trabalho superior àquela prevista para o seu cargo de origem” (LEI 1733, 1976). Levando em conta que a mesma Lei organiza a carreira do magistério em cargas horárias de 20 e 30 horas semanais para o ensino fundamental e educação infantil respectivamente, o Art. 8º indica que a convocação para regime especial ocorre nas seguintes condições:

Art. 8 [...].

§ 1º Quando ocupante de cargo com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a convocação para regime especial será:

a) para de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas em dois turnos em unidade escolar, quando terá direito a perceber uma gratificação igual a 100% (cem por cento) do vencimento do membro do Magistério;

b) para regime especial de 35 (trinta e cinco) horas semanais, cumpridas em órgão de ensino municipal, quando terá direito a perceber uma gratificação igual a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento do membro do Magistério;

§ 2º Quando ocupante de cargo com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais:

a) para regime especial de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas em dois turnos em unidade escolar, quando terá direito a perceber uma gratificação igual a 33% (trinta e três) do vencimento do membro do Magistério;

b) para regime especial de 35 (trinta e cinco) horas semanais, cumpridas em órgão de ensino municipal, quando terá direito a perceber uma gratificação igual a 16% (dezesseis por cento) do vencimento do membro do Magistério; (LEI 1733, 1976).

Conforme disposto no Art. 8, a convocação para regime especial pode dobrar a carga horária do professor que possua 20h ou aumentar em até  $\frac{1}{3}$  para o professor da educação infantil, chegando a 40h semanais. Embora esteja explícito na legislação que o regime especial trata-se de uma ação de caráter emergencial, o fato do professor convocado ser

desconvocado assim que se tornar desnecessário o serviço, lhe coloca em condições de insegurança frente ao trabalho, principalmente se considerarmos que a busca ou aceitação pelo aumento da carga horária está intimamente vinculado à necessidade de melhores condições salariais, como identificado nos dados disponibilizados do recadastramento. Aqui temos de forma nítida a manifestação de aspectos do novo mundo do trabalho, salários diminutos e sobrecarga de trabalho, como evidenciado por Antunes e Praun (2015) e Marcon (2019) e suas consequências na realidade de professores.

Há, nesse contexto, a importância de se considerar as dificuldades financeiras e as demais pressões externas ao trabalho, mas do campo individual, como adoecimento de filhos, perda de emprego do cônjuge, todas situações que aparecem nos discursos de professores e que influenciam não só nas atividades, mas na saúde do trabalhador. São aspectos que, quando vinculados, exibem uma realidade adoecedora. No que se refere à sobrecarga de trabalho e a necessidade de levar trabalho para casa, como revelam os dados, o cansaço e o tempo de lazer afetado prejudicam as relações familiares e isolam o trabalhador.

A reação ao baixo salário, tangível em todo o país, leva à busca por novas oportunidades de trabalho e, como consequência, ao aumento no número de horas trabalhadas. O professor que exerce 40 horas no município e 20 horas em escola da rede estadual ou privada, por exemplo, soma 60 horas de trabalho ao final da semana, abrangendo manhãs, tardes e noites, quadro que evidencia a precarização do trabalho, consoante ao que leciona Marcon (2019). Para além disso, esse mesmo professor precisa fazer uso de seus finais de semana para organização e planejamento de aulas, reduzindo ainda mais seus espaços de lazer e o contato com familiares, situação que ocasiona a redução das fronteiras entre trabalho e vida privada. Dejours e Bègue (2010) descrevem essas relações de confusão entre trabalho e privado como locais de adoecimento e suicídios, chamando a atenção para os profissionais das instituições de ensino.

A diminuição dos limites entre trabalho e vida privada, características do conceito de flexibilização proposto por Antunes e Praun (2015), é vista na relação de trabalho do professor que não possui condições de encerrar suas atividades no próprio local de trabalho, utilizando seus espaços de vida fora do trabalho para a construção e planejamento de aulas. No conjunto com outros seres sociais, a docência faz parte do rol de atividades que estão envolvidas em situações de perda do controle entre trabalho e não trabalho, como evidenciado por Dejours e Bègue (2010). Com isso, são apresentadas circunstâncias de não descanso, levando o professor a uma constante de trabalho, elevando os episódios de estresse.

Outro ponto que agrava as relações com o trabalho e gera insegurança é o fato de verificarmos uma parcela de professores, que possuem vínculo com a rede estadual de educação, vivendo o cenário de parcelamento de salários. Relativo a isso, considerando que mais de 90% dos professores da rede municipal são mulheres, que quase metade dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, conforme afirma o IPEA (BRASIL, 2015), podemos apontar uma das mais intensas situações de estresse da atualidade e, conseqüentemente, de adoecimento. O sentimento de impotência frente a insegurança salarial coloca o docente a questionar toda sua trajetória profissional, e demarca um caminho para a perda da própria identidade enquanto trabalhador.

Em análise, o trabalho que gera insegurança, que coloca o trabalhador em situação de alerta, é o trabalho que não humaniza, sem propósito, uma vez que passa a existir apenas como forma de suprir necessidades básicas, como a alimentação. À vista disso, podemos verificar que é retirado do professor a capacidade de mútuas modificações com a natureza, remontando para uma condição biológica, como descrita por Lukács (2013) ou, ainda, coagindo a um trabalho alienante (ANTUNES, 2005), uma vez que sua força de trabalho se torna mercadoria que cria novas mercadorias, deixando de lado o sentido do seu trabalho e sua realização enquanto sujeito social.

Vemos aqui situação análoga a ideia destacada por Sennett (2019) que envolve a existência de um *status* no trabalho. Embora o ser professor tenha grande importância para o desenvolvimento humano e social, atualmente a precarização do trabalho, como descrita por Marcon (2019), tem afastado os professores do *status* encontrado em outros tempos. A atividade docente aparece sem prestígio social (CERICATO, 2016), causadora de sofrimento, desgaste, baixos salários e muito trabalho, levando, com a perda do *status*, à sensação de fracasso enquanto profissional, principalmente por estar inserida num contexto de consumo fetichizado, referido por Antunes (2009).

Com a racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) temos modificações nas relações sociais e, conseqüentemente, de trabalho. Os espaços que poderiam ser de desenvolvimento humano e de afeto se transformam, ainda, em zonas hostis e de competições acirradas, como pode ser visto no número de conflitos que ocorrem em tempos de eleições para a equipe diretiva das escolas. O objetivo da escola, nos parece, é deixado de lado e o individualismo supera a coletividade. Sobre as disputas e as situações de eleições de diretoria, as relações competitivas criadas no ambiente de trabalho rondam os dispositivos encontrados em Dardot e Laval (2016), quando descrevem ações que pautam a individualização de objetivos como uma forma de dirimir as relações de comunidade. Nesses momentos, o

trabalhador não sabe com quem contar quando está em dificuldades, quadro que provoca um aumento no número de adoecimentos de trabalhadores, formando um ciclo de confrontos.

Outra das condições que simboliza bem o modelo neoliberal de Estado pode ser encontrado quando analisamos a Tabela 3, firmando o Indicador de Adequação de Formação do Docente (IAFD) como item que merece maior atenção. O destaque do IAFD está no fato de se tratar de situação onde o professor assume responsabilidades para as quais, em um primeiro momento, não possui formação.

Como pode ser visto nos dados, todas as escolas que possuíam em 2017 acima de 20% de professores pertencentes ao Grupo 3 do Indicador, ou seja, professores com formação em área diferente daquela que lecionam, apresentaram, também, índices de afastamentos superiores a 21%. Além disso, vemos outro indicador comum à maioria das escolas. Das 12 escolas com IAFD e afastamentos acima de 20%, oito delas compõem o grupo com Indicador de esforço docente acima de 8%, realidade que nos leva à intensificação do trabalho. Ainda na relação de indicadores, constatamos que das 12 escolas apontadas, cinco delas tiveram 50% ou mais, dos professores que se afastaram, com mais de uma licença no ano de 2017.

Os dados apontam, ainda, que as 12 escolas apresentaram diferenças significativas entre o número de auxiliares/monitores/tradutores de libras e o número de alunos incluídos, público que demanda maior atenção em sala de aula, tendo como média 10,8 alunos para cada profissional da área, chegando a uma relação de 53 para 4 na escola de número 10 e de nenhum auxiliar/monitor/intérprete de libras para 31 alunos incluídos na escola 11, considerando apenas os números do ensino fundamental.

Quando olhamos para a educação infantil, ainda que a quantidade de dados seja inferior, temos realidades próximas às encontradas no ensino fundamental. Mesmo que outras escolas tenham apresentado números altos de afastamentos, as quatro escolas que possuem um assistente de educação infantil para o atendimento de 3 turmas tiveram acima de 44% de seus professores afastados em 2017 e, destes, em média 70% solicitaram licenças por mais de uma vez no mesmo ano. Isso utilizando os dados das escolas que aparecem no topo do comparativo assistente/turmas, o que não minimiza os demais casos que trabalham com um assistente para 2 turmas, principalmente se voltarmos para a descrição do cargo de assistente de educação infantil.

Ao analisarmos esses dados é necessário que possamos nos voltar para os processos existentes nos casos em que há a falta de um professor. Tendo em vista que professores, muitas vezes, precisam suprir a necessidade decorrente do adoecimento docente, a falta de profissionais assistentes estabelece um aumento de trabalho quando esses mesmos professores

têm de atuar sozinhos nos casos especificados. As dificuldades geradas pelo baixo número de assistentes de educação infantil ou auxiliares/monitores/tradutores nos remete a ideia de Han (2015) quando fala da perda da característica contemplativa do trabalho quando assumido o perfil polivalente. A redução no número de profissionais, assim como a alocação em áreas diversas da formação possui, como informação oculta a de não dar tempo para a contemplação, para o pensamento. O trabalho deixa sua condição de atividade de satisfação e passa a ser local e tempo de degradação.

A relação entre os apelos do capitalismo neoliberal e o adoecimento dos professores no leva, ainda, a nos associarmos às percepções de Saviani (2011) que apontam para estratégias da classe dominante que objetivam o esvaziamento do conteúdo escolar como forma de anular os ganhos resultantes da universalização do acesso à escola. Nesse sentido, tornar o professor um trabalhador incapaz de refletir sobre a sua atividade e suprimir as possibilidades de sentido no trabalho, contribuem para essa intenção.

Embora os apontamentos de Marx e Antunes coloquem a perda da capacidade de reflexão no trabalho como resultado de uma relação com o maquinário, podemos nos associar ao pensamento de Han (2015) e ampliar as situações que levam a essa perda. Estando a realidade do professor impondo condições degradantes, temos esse mesmo professor próximo à figura do animal descrito por Han, que se ocupa de lutar contra o que está ao seu redor na busca de manter-se vivo, antes de conseguir refletir sobre sua atividade, situação que, para além de levar ao adoecimento, poderá resultar em corrosão na qualidade do ensino. Isto não quer dizer que devemos colocar no professor a culpa pelo seu adoecimento e possível diminuição das capacidades da escola, pois como chama a atenção Saviani (2011), os docentes também são reféns das adversidades sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo desta investigação foi avaliar de que forma a reestruturação do capitalismo em sua fase neoliberal contribui para o adoecimento de professores, é importante destacarmos que, para além da compreensão dos pontos evidenciados pela pesquisa, está a possibilidade de trazermos a campo o adoecimento de professores vinculado a aspectos sociais, como a precarização do trabalho. Um adoecimento não desconectado do contexto socioeconômico ao qual está inserido o professor. Buscamos não revelar apenas a situação de adoecimento, mas apontar a vinculação com as condições sociais impostas por um modelo neoliberal de sociedade.

Para que fosse possível atingirmos o objetivo proposto foram utilizados, como fontes de informações, uma pesquisa bibliográfica e relatórios obtidos por meio do sistema de administração de recursos humanos e disponibilizados pelo setor responsável pelos atendimentos relativos à saúde e segurança dos servidores públicos do município investigado. Além disso, constituíram-se fontes a legislação federal e municipal relacionadas ao tema proposto e dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, com indicadores sobre a rede de ensino foco da pesquisa.

Trabalhando com uma pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, apoiada sobre a temática precarização do trabalho, contribuindo para a compreensão de aspectos do neoliberalismo e a nova morfologia do trabalho, como forma de alicerçar as discussões, a pesquisa foi organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo foram estudados aspectos que envolvem a nova morfologia do trabalho e a aproximação desta com o conceito de neoliberalismo e o reconhecimento de uma classe trabalhadora ampliada e com vinculação ao trabalho morto. No segundo capítulo ingressamos nas discussões sobre trabalho e adoecimento enquanto reflexo de uma realidade competitiva, flexível e individualizada, transitando por discussões sobre políticas educacionais e adoecimento docente. Por fim, no terceiro capítulo buscamos uma aproximação com a caracterização do professor e a construção dessa profissão, percorrendo os caminhos marcados pelos documentos analisados e que possibilitaram o aprofundamento da condição docente e do seu adoecimento enquanto sujeito social.

É importante não cairmos na armadilha de julgarmos que a falta de profissionais, sejam eles professores ou assistentes, é obra do acaso, quando na verdade estão fundamentadas em uma lógica neoliberal de enxugamento do Estado. Desta forma, é necessário que o trabalho em si não seja exposto como vilão nas discussões sobre

adoecimento, mas uma atividade com laços estreitos com um modelo socioeconômico que desconsidera o trabalhador. O modelo empresarial descrito por Dardot e Laval (2016), por exemplo, propõe uma organização enxuta que vem sendo comprado pelos administradores da educação e busca um corpo docente eficiente. Aqui são encontrados os profissionais polivalentes, sujeitos que sofrem, ou mais, são obrigados a suprir demandas da instituição.

As questões salariais e de retiradas de investimentos nos fazem pensar na avaliação feita por Antunes (2005) ao tratar do conceito de trabalhador produtivo, colocando este como o que gera o sobretrabalho. Nos últimos anos intensificaram-se as pressões do capitalismo neoliberal contra o servidor público, abrangendo o professor. Os constantes ataques aos serviços públicos, com as ameaças de privatizações, apresentam aspectos dessa nova morfologia do trabalho que ganha destaque em Antunes, reduzindo o número de trabalhadores estáveis e especializados, com o uso de expressões e ações como austeridade e enxugamento da máquina pública, ainda que a educação seja exposta como foco de trabalho do Estado. A instabilidade e a polivalência são dois novos pilares do mundo do trabalho.

A observação da realidade, a partir dos dados analisados, nos remete a uma contradição entre as exigências e as condições dadas para que se alcance os resultados. Via de regra o esperado da educação, em discurso, é a construção ou salvação da sociedade por meio do trabalho do professor. Nesse aparente elogio ao docente podemos constatar uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades sendo jogados nos ombros dos professores, de um lado, enquanto, de outro lado, o investimento e o reconhecimento são inversamente proporcionais.

A questão do reconhecimento como fonte primária de retribuição, como descreve Dejours (2011), aparece atualmente vinculado aos benefícios que acompanham o trabalho realizado, reforçado pela ideia de qualidade total (ANTUNES, 2009). Assim, de que forma os professores se veem reconhecidos quando são, na verdade, estigmatizados enquanto profissionais? Ao mesmo tempo em que a sociedade exige qualidade total na educação, os olhares acusadores reforçam a necessidade dos professores se constituírem enquanto sujeitos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016). Mais que isso, o produto esperado da educação, hoje, é exatamente o sujeito neoliberal que possa ser aceito no mercado de trabalho. Contudo, os primeiros anos da educação básica já não dão conta dessa construção, fato que reduz o professor aos olhos da sociedade. Nesse contexto temos principalmente o professor do ensino fundamental, lutando contra uma lógica de educação para o mercado quando sua própria formação docente não lhe garante condições para essa construção.

Há uma incapacidade de garantias de reconhecimento simbólico ou material, evidenciado pela remuneração distante dos demais trabalhadores de nível universitário. Tendo como base o entendimento de Lancman (2011) sobre a função psíquica do trabalho, de constituição do sujeito e de significados, a retirada de aspectos como reconhecimento, gratificação e mobilização da inteligência destitui o sujeito de sua constituição.

O professor do ensino fundamental se vê próximo da realidade do operário fabril que acompanha um produto enquanto passa na sua frente, encaixa uma peça, deixando que a esteira o leve para a próxima etapa, na maioria das vezes sem ter contato com o resultado final de seu trabalho. Vemos, então, o docente lutando para se manter dentro da lógica neoliberal, flexibilizando-se e adaptando-se, enquanto deve formar um modelo de sujeito com o qual não se identifica. Lhe são exigidas atuações e práticas que superam suas capacidades enquanto profissionais. O atendimento de estudantes com necessidades especiais, dificuldades individuais de aprendizagens e pressões sociais se acumulam, impondo condições que ultrapassam o que muitos professores conseguem superar.

Os dados e os escritos que fundamentaram essa pesquisa revelam, ainda, que nessa lógica de competições, intensificação, distanciamento e solidão nos espaços de trabalho, é possível perceber a dificuldade de se garantir aquilo que Dejours (2011b) e Lancman (2011) colocam como reconhecimento. Nessas relações, pautadas pelo neoliberalismo e que transforma a aproximação do e com o outro em ameaça, o olhar de aprovação surge àqueles que se destacam pela individualidade e capacidade de superação de seus limites enquanto trabalhador. Deste modo, o reconhecimento é dado àquele que melhor se adapta às normativas neoliberais, disputando espaços, trabalhando arduamente e sem os infortúnios do adoecimento.

A não adaptação às condições do trabalho neoliberal é a gênese de um sentimento de insucesso. O trabalhador se coloca na posição de culpado por não atender as demandas acirradas e a intensificação das atividades. O trabalhador é levado a acreditar que perde sua empregabilidade, situação encontrada, e não poderia ser diferente, também nos professores.

Como vimos, com a reestruturação do capitalismo, a escola vem cada vez mais sendo utilizada como instrumento do capital na formação do sujeito neoliberal. O que vemos como objetivo maior da educação, marcada pela precarização do trabalho, é a possibilidade de se garantir espaço no mesmo mercado de trabalho precarizado. Ao mesmo tempo em que se dificulta a atividade docente, levando para o espaço escolar os mesmos modelos da organização neoliberal, coloca-se em prática a nova morfologia do trabalho aumentando a sua intensidade, o desgaste físico e mental, ocasionando o adoecimento do trabalhador.

Por fim, evidenciamos que a temática é ampla e que as discussões não se encerram aqui. Contudo, esta pesquisa, e as intenções de divulgação por meio de periódicos ligados à área da educação e saúde, possibilita o entendimento das esferas envolvidas no adoecimento docente e abre portas para a compreensão desse adoecimento e para novas discussões que possam contemplar o desenvolvimento de políticas educacionais que sejam capazes sustentar uma prática docente humanizadora.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75. Campinas: UNICAMP, agosto 2001. p. 15-32.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Coords.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 35-48.
- ANTUNES, R. *O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina (orgs)*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.
- ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc.* n. 123. São Paulo, jul/set. 2015. p. 407-427.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 01, de 15 de maio de 2006. Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.
- BRASIL, Instituto de pesquisa econômica aplicada. *Retrato das Desigualdades*. Brasília: Ministério da Economia, 2015. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html)>. Acesso em jul. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP: Índice de desenvolvimento da educação básica. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>>. Acesso em jun. 2020.
- CERICATO, I. L. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Rev. bras. Estud. pedagog.** v. 97, n. 246. Brasília: maio/ago. 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicídio e trabalho: o que fazer*. Brasília: Paralelo 15, 2010.

- DEJOURS, C. *Avantt-propos* para a edição brasileira. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3. ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 23 - 30.
- DEJOURS, C. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3. ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011(b). p. 57 - 124.
- ESTEVE, J. M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAN, B. C. Sociedade do cansaço. 1. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- HAN, B. C. Sociedade da transparência. 1. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HAN, B. C. Agonia do eros. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017b.
- LANCMAN, S. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3. ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 31 - 44.
- LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.
- LUKACS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARCON, T. A constituição do capital cultural: um estudo das condições socioeconômicas e culturais de estudantes da Pedagogia. *Práxis Educativa*. v. 14. n. 2. Ponta Grossa: UEPG, maio/ago. 2019. p. 545 - 564.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. ENGELS, F. Feuerbach: Oposição das concepções materialista e idealista (capítulo primeiro de A ideologia Alemã). In: Obras escolhidas em três tomos. Alvaro Pina (trad.) Lisboa: Edições Avante, 2006.
- MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MATTEI, T. F.; BAÇO, F. M. B. Análise da existência de discriminação salarial entre homens e mulheres na indústria de transformação do estado de Santa Catarina. **Economia & Gestão**. v. 16. n. 45. Belo Horizonte: PUC Minas, Out./Dez. 2016. p. 103-125.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, Antonio. Profissão professor. NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999.

PASSO FUNDO. Lei n. 1733, de 31 de dezembro de 1976. Passo Fundo, 1976.

PASSO FUNDO. Lei n.103, de 28 de maio de 2002. Passo Fundo, 2002.

PASSO FUNDO. Lei Complementar n. 203, de 04 de julho de 2008. Passo Fundo, 2008.

PASSO FUNDO. Lei Complementar n. 204, de 04 de julho de 2008. Passo Fundo, 2008b.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, E. L. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, S. P. O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem: o pacto pela educação em Goiás. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Pontifícia Universidade Católica. Goiás: PUC, 2014. 249 p.

SENE, T. S. Desemprego e precarização, duas dimensões da crise do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Pegada**. v. 6. n. 2. São Paulo: UNESP, 2005. p. 101-112.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 20.ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TARDIF, M. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educ. Soc.** v. 34. n. 123. Campinas: Unicamp, abr./jun. 2013.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## CIP – Catalogação na Publicação

---

**J95p** Junges Junior, Mario Luiz

Precarização do trabalho e adoecimento : a realidade de professores em uma rede de educação num município ao norte do Rio Grande do Sul / Mario Luiz Junges Junior ; Orientador Prof. Dr. Telmo Marcon .  
– Passo Fundo, RS, 2020.

74 f.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo – como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

1. Adoecimento Docente. 2. Precarização do trabalho. 3. Neoliberalismo.  
I. Marcon, T. II. Título.

**CDU 613.6.06**

---

Catalogação elaborada por Victor de C. Gonçalves, CRB 1/2947